



✕
Secil

✕
Navigator

✕
Semapa Next

✕
ETSA

✕
Semapa



ÍNDICE

PARTE I

INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO SOCIETÁRIO

4

A. ESTRUTURA ACIONISTA

4

I. Estrutura de capital

4

II. Participações sociais e obrigações detidas

5

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

6

I. Assembleia geral

6

II. Administração e supervisão

8

III. Fiscalização

26

IV. Revisor oficial de contas

31

V. Auditor externo

32

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

33

I. Estatutos

33

II. Comunicação de irregularidades

33

III. Controlo interno e gestão de riscos

34

IV. Apoio ao investidor

38

V. Sítio de internet (59 a 65)

38

D. REMUNERAÇÕES E RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES

39

I. Competência para a determinação

39

II. Comissão de remunerações

30

III. Estrutura das remunerações

40

IV. Divulgação das remunerações

42

V. Acordos com implicações remuneratórias

45

VI. Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações (*'stock options'*)

46

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS. CONFLITOS DE INTERESSES

46

I. Mecanismos e procedimentos de controlo

46

II. Elementos relativos aos negócios

48

PARTE II

AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

49

1. Identificação do Código de Governo das Sociedades adotado

49

2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado

49

3. Outras informações

58



59	ANEXO I INFORMAÇÕES A QUE SE REFERE O ARTIGO 447.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS
61	ANEXO II POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO
67	ANEXO III DECLARAÇÃO A QUE SE REFERE A ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 245.º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS



PARTE I

INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO SOCIETÁRIO

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. ESTRUTURA DE CAPITAL

1. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (art. 245.º-A, n.º 1, al. a)).

A Semapa tem um capital social de 81.270.000 Euros, representado por um total de 81.270.000 ações, sem valor nominal. Todas as ações são ordinárias, têm os mesmos direitos e deveres a elas inerentes e encontram-se admitidas à negociação.

A distribuição do capital pelos acionistas, detentores de participação qualificada, é a que consta do quadro inserido no ponto 7. *infra*.

2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações (art. 245.º-A, n.º 1, al. b)).

Não existem na Semapa restrições de qualquer natureza relativamente à transmissibilidade ou titularidade das suas ações.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias (art. 245.º-A, n.º 1, al. a)).

A Semapa era a 31 de dezembro de 2021 detentora de 1.400.627 ações próprias, correspondentes a 1,723% do respetivo capital social. Se os direitos de voto não se encontrassem suspensos, a percentagem de direitos de voto seria igual à percentagem de capital.

4. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, exceto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (art. 245.º-A, n.º 1, al. j)).

A Semapa não é parte em acordos significativos de financiamento, instrumentos de emissão de dívida ou outros que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade, na sequência de uma oferta pública de aquisição.

A Semapa também não adotou quaisquer medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de mudança de controlo ou da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.



5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Não existem na sociedade quaisquer medidas defensivas, designadamente relativas à limitação dos direitos de voto exercíveis pelos acionistas.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (art. 245.º-A, n.º 1, al. g)).

A sociedade não tem conhecimento de, a 31 de dezembro de 2021, existirem acordos parassociais que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

II. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (art. 245.º-A, n.º 1, als. c) e d) e art. 16.º), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação.

Os titulares de participações qualificadas na Semapa a 31 de dezembro de 2021 são os identificados no quadro *infra*:

Entidade	N.º ações	% capital e direitos de voto	% dir. de voto não suspensos
A - Sodim, SGPS, S.A.	27.508.892	33,849%	34,442%
Cimo – Gestão de Participações, SGPS, S.A.	38.959.431	47,938%	48,779%
Soma:	66.468.323	81,787%	83,221%
B - Bestinver Gestión, S.A., S.G.I.I.C.	-	-	-
Bestinver Global, F.P.	362.428	0,446%	0,454%
Bestinver Plan Mixto, F.P.	91.556	0,113%	0,115%
Bestinver Mixto, F.I.	13.658	0,017%	0,017%
Bestinver Bolsa, F.I.	649.964	0,800%	0,814%
Bestifond, F.I.	1.016.934	1,251%	1,273%
Bestvalue, F.I.	198.367	0,244%	0,248%
Bestinver Empleo II, F.P.	1.963	0,002%	0,002%
Bestinver Futuro EPSV	8.776	0,011%	0,011%
Bestinver Empleo III, F.P.	1.506	0,002%	0,002%
Bestinver Empleo, F.P.	11.068	0,014%	0,014%
Bestinver Iberian SICAV	54.420	0,067%	0,068%
Bestinver Bestifund SICAV	40.613	0,050%	0,051%
Bestinver Crecimiento EPSV	7.370	0,009%	0,009%
Soma:	2.458.623	3,025%	3,078%
C - Norges Bank (the Central Bank of Norway)	1.699.613	2,091%	2,128%
D - Cobas Asset Management, SGIIC, S.A.	1.637.038	2,014%	2,050%
Em representação dos seguintes acionistas, na qualidade de entidade gestora de investimentos: Cobas Value, SICAV SA; AZ Multi Asset. Subfund: AZ Multi Asset – Bestvalue; Cobas Global, F.P.; Cobas Iberia, F.I.; Cobas Lux SICAV. Subfund Cobas Selection Fund; Cobas Lux SICAV. Subfund Cobas Iberian Fund; Cobas Mixto Global, F.P.; Cobas Selección, F.I.; Cobas Concentrados, F.I.L.; Cobas Renta, F.I. e Alternative Fund SICAV-SIF-Cobas Concentrated Value Fund			

A imputação dos direitos de voto relativos às sociedades do grupo A resulta da titularidade direta de ações e da existência de uma relação de domínio da Sodim sobre a Cimo.

A imputação à Sodim por força da relação de domínio, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, era a 31 de dezembro de 2021 a seguinte:

Entidade	Imputação	Nº ações	% capital direitos de voto	% dir. de voto não suspensos
Sodim, SGPS, S.A.		27.508.892	33,849%	34,442%
Cimo – Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Detida em 100% pela Sodim	38.959.431	47,938%	48,779%
Soma:		66.468.323	81,787%	83,221%

Relativamente às sociedades dos grupos B e C, a imputação dos direitos de voto resulta da titularidade direta e indireta de ações por força de relações de domínio.

8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

Esta informação é prestada no Anexo I a este Relatório.

9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (art. 245.º-A, n.º 1, al. i)), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos.

Os estatutos da sociedade não autorizam o Conselho de Administração a deliberar aumentos de capital.

10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.

Todas as transações ocorridas em 2021 entre a sociedade e os titulares de participação qualificada encontram-se descritas na Nota 10.4 do Anexo às contas consolidadas e na Nota 10.2 do Anexo às contas separadas. Não ocorreram em 2021, por aplicação do Regulamento sobre Conflito de Interesses e Transações com Partes Relacionadas e nos termos e condições nele previstos em cada momento, conforme descrito nos pontos 89. e seguintes do presente relatório, relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participação qualificada e a sociedade.



B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. ASSEMBLEIA GERAL

A) COMPOSIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

11. Identificação e cargo dos membros da Mesa da Assembleia Geral e respetivo mandato (início e fim).

A Mesa da Assembleia Geral é composta pelas seguintes pessoas:

PRESIDENTE:

Francisco Xavier Zea Mantero (mandato de 24/05/2018 a 31/12/2021)¹

SECRETÁRIO:

Luís Nuno Pessoa Ferreira Gaspar (mandato de 24/05/2018 a 31/12/2021)

¹ Cessou o exercício das funções de Presidente da Mesa da Assembleia Geral por óbito a 10 de junho de 2021.



B) EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Art. 245.º-A, n.º 1, al. f)).

Os estatutos da Semapa preveem que a cada ação da sociedade corresponde um voto.

Apesar da existência de prazos estatutários para a participação na Assembleia, previstos nos estatutos da Semapa, aplicam-se a esta matéria disposições legais imperativas como é o caso do artigo 23.º-C do Código dos Valores Mobiliários. Já o prazo estatutário para o exercício do voto por correspondência é a véspera da Assembleia Geral.

Os estatutos da sociedade não regulam especificamente o voto por via eletrónica, autorizando, no entanto, o Conselho de Administração a regular formas de exercício do direito de voto alternativas ao suporte em papel, desde que assegurem igualmente a autenticidade e confidencialidade dos votos até ao momento da votação.

Não obstante o Conselho de Administração não ter ainda feito uso desta faculdade, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral sempre aceitou o voto por correspondência eletrónica, desde que fosse recebido em condições equivalentes ao voto por correspondência em papel, no que respeita ao prazo, à inteligibilidade, à garantia de autenticidade, à confidencialidade e demais formalismos.

No âmbito da Assembleia Geral Anual da sociedade realizada em 2021, considerando o contexto adverso decorrente do surto pandémico da Covid-19, e como resulta da respetiva convocatória, os acionistas foram incentivados a exercer o respetivo direito de voto preferencialmente por correspondência eletrónica.

Para o exercício do direito de voto por correspondência eletrónica, os acionistas deveriam enviar por e-mail uma declaração dirigida ao Presidente da Mesa, em formato PDF, devidamente assinada – de acordo com a assinatura constante do respetivo documento de identificação válido, cuja cópia deveria acompanhar a mesma declaração, ou através de assinatura digital qualificada, dispensando-se, nesse caso, a junção do documento de identificação –, manifestando a vontade de votar, bem como as declarações de voto, independentes para cada ponto da ordem de trabalhos, em formato PDF, com a indicação no título do documento do ponto da ordem de trabalhos a que respeita. Os votos emitidos por este meio deveriam ser computados em conjunto com os votos que viessem a ser expressos na assembleia, valendo como votos negativos em relação às propostas apresentadas ulteriormente à sua emissão, no caso de o acionista não participar telematicamente na Assembleia Geral.

Ainda no referido contexto pandémico, e considerando as Recomendações de 20 de março de 2020 relativas à realização de Assembleias Gerais, emitidas no âmbito da cooperação entre a Comissão do Mercado e dos Valores Mobiliários (CMVM), o Instituto Português de Corporate Governance (IPCG) e a Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado (AEM), a sociedade implementou meios adequados à participação dos acionistas na já referida Assembleia Geral Anual de 2021, que foi realizada exclusivamente por meios telemáticos, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 6 do art.º 377.º do Código das Sociedades Comerciais.

Para efeitos de participação dos acionistas nessa assembleia, os mesmos tiveram que declarar a sua vontade de participar indicando para o efeito um endereço eletrónico, para onde a sociedade remeteu as instruções para a referida sessão telemática, e que serviu para a verificação da identificação de cada acionista na plataforma eletrónica utilizada.

Não existem sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do art. 20.º.

Não existem regras estatutárias que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.

14. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.

Não existem na sociedade quóruns constitutivos e deliberativos diferentes dos legais supletivos.

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

A) COMPOSIÇÃO

15. Identificação do modelo de governo adotado.

A sociedade adota o modelo de governo previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 278.º (Conselho de Administração e Conselho Fiscal) e na alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º (Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas), ambos do Código das Sociedades Comerciais.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão (art. 245.º-A, n.º 1, al. h)). Política de diversidade.

Atualmente, não existem na Semapa quaisquer regras estatutárias especiais relativas à nomeação e substituição dos administradores, aplicando-se, nesta matéria, o regime geral supletivo que resulta do Código das Sociedades Comerciais, ou seja, a competência para a designação dos administradores (bem como do órgão de fiscalização) pertence aos acionistas. A sociedade divulga no entanto no sítio da sociedade na internet (<https://www.semapa.pt/index.php/pt-pt/investidores/governo/principiosdiversidade>) os Princípios de Diversidade, que consagram os requisitos e critérios relativamente ao perfil de novos membros dos órgãos societários.

Estes Princípios de Diversidade constituem um reconhecimento formal pela sociedade dos benefícios da diversidade nos seus órgãos sociais, designadamente como forma de assegurar maior equilíbrio na sua composição, de potenciar o desempenho de cada membro e, em conjunto, de cada órgão, de melhorar a qualidade dos processos de tomada de decisão e de contribuir para o seu desenvolvimento sustentável.

Em conformidade e para a promoção da diversidade no seio da sociedade, esta aceitou que, para além dos atributos individuais, tais como a competência, a independência, a integridade de carácter, a disponibilidade e a experiência, são também relevantes outros requisitos e critérios de diversidade na composição dos seus órgãos sociais, tais como a diversidade de género, habilitações e experiências profissionais distintas, a inclusão de membros de idades diferentes e, bem assim, com vivências ou origens geográficas diversas.

Veja-se que a análise *infra* transmite a existência de um nível bastante razoável de diversidade:

Fator de diversidade	Parâmetro	%
Idade	<50	36,36%
	50-65	36,36%
	>65	27,27%
Género	Feminino	27,27%
	Masculino	72,73%
Habilitações	Econ./Gest.	45,45%
	Engenharia	27,27%
	Matemáticas aplicadas	9,09%
	Não licenciado	18,18%
Antecedentes profissionais	Trabalho no estrangeiro	45,45%
	Setores diferentes do grupo	100%

A Comissão de Talento é a comissão com atribuições consultivas em matéria de nomeação dos órgãos sociais, com competências de apoio na identificação de potenciais membros dos órgãos sociais e de avaliação da adequação de perfil, conhecimentos e currículo dos mesmos, devendo induzir processos de seleção transparentes e que sejam propostos os candidatos que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada, incluindo a de género.

Desta forma, entende a sociedade que estão atingidos todos os objetivos resultantes da adoção formal de uma política de diversidade, o que a realidade também demonstra.



Diga-se por último, e reforçando a promoção da diversidade, que a sociedade aprovou em 2021 o Plano para a Igualdade de 2022, com progressos relativamente ao Plano para a Igualdade de 2021 aprovado em 2020, e procedeu à comunicação desse Plano à CMVM, encontrando-se ainda o mesmo publicado no sítio da Internet da Semapa.

17. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

Os estatutos da sociedade, no n.º 1 do artigo 11.º, estipulam que o Conselho de Administração é composto por três a quinze administradores e que o mandato é de quatro anos.

Individualiza-se, em relação a cada um dos membros, a data da primeira designação e termo do mandato:

Membros do Conselho de Administração	Data da primeira designação e termo do mandato
José Antônio do Prado Fay	2018-2021
João Nuno de Sottomayor Pinto de Castello Branco	2015-2021
Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires	2014-2021
Vítor Paulo Paranhos Pereira	2014-2021
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	2010-2021
Carlos Eduardo Coelho Alves	2015-2021
Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	2018-2021
Francisco José Melo e Castro Guedes	2001-2021
Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	2018-2021
Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	2018-2021
Vítor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves	2010-2021

O Senhor Eng.º João Nuno de Sottomayor Pinto de Castello Branco cessou o exercício de funções como Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da Semapa por renúncia, cuja produção de efeitos se verificou em 31 de dezembro de 2021.

O Conselho de Administração da Semapa designou, em 3 de novembro de 2021, o Administrador Senhor Dr. Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires como Presidente da Comissão Executiva da sociedade, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2022.

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão.

Os membros executivos do Conselho de Administração são os que pertencem à Comissão Executiva e que estão identificados no ponto 28. *infra*, sendo os restantes membros não executivos.

O Conselho de Administração da sociedade, durante o exercício de 2021, foi composto por onze membros, dos quais, ao longo de todo o ano, três membros integravam a Comissão Executiva. Dado que, ao longo de 2021, o número de administradores não executivos representou 72,73% dos membros do Conselho de Administração, consideramos esta percentagem adequada à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade e suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas. Este juízo de adequação teve em conta, em particular, a dimensão da Comissão Executiva e a delegação de poderes que lhe foi confiada pelo Conselho de Administração, as atividades da sociedade e a sua natureza de sociedade *holding*, a estabilidade da estrutura acionista, bem como o conjunto de competências diversificadas e a disponibilidade dos membros não executivos para o desempenho das suas funções, que através da estreita cooperação desenvolvida com o Presidente do Conselho de Administração, asseguram uma efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos membros executivos do Conselho de Administração.

Dos membros não executivos pode ser qualificado como independente, à luz dos critérios elencados no código de governo das sociedades adotado, o Senhor Eng.º Carlos Eduardo Coelho Alves, por não estar associado a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontrar em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.



Por outro lado, o Administrador Senhor Dr. Francisco José Melo e Castro Guedes não foi qualificado como independente, porquanto exerce funções de administrador na sociedade desde 2001. Já os Administradores Senhores Eng.º José Antônio do Prado Fay, Dr.ª Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira, D.ª Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira e D.ª Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira não foram qualificados como independentes à luz dos referidos critérios, porquanto exerceram também funções como administradores de sociedades titulares de participação qualificada na Semapa no decurso do exercício de 2021. O Administrador Senhor Dr. Vítor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves não poderá ser qualificado como independente no âmbito dos critérios aplicáveis e acima referidos, porquanto é administrador de sociedade em relação de domínio com a Semapa auferindo remuneração pelo respetivo cargo. Por fim, o Administrador Senhor Dr. António Pedro de Carvalho Viana-Baptista não é administrador independente em virtude da relação comercial existente entre a sociedade e a entidade na qual exerce funções de gestão.

Assim, verifica-se que, no decurso do exercício de 2021, o Conselho de Administração incluiu apenas um administrador não executivo que cumpria os requisitos formais de independência estabelecidos no código do governo de sociedades adotado, entendendo, contudo, a sociedade que este número é adequado e consentâneo com uma atuação plenamente independente do Conselho de Administração e suficiente para garantir a efetiva capacidade de supervisão, avaliação e fiscalização da atividade dos restantes membros do órgão de administração.

Na verdade, entende a sociedade que, considerando o perfil, a idade, o percurso e a experiência profissional e, principalmente, a demonstrada independência de juízo e integridade de carácter dos membros que compõem o Conselho de Administração, a atual proporção entre administradores não executivos não independentes e independentes, estabelecida pela aplicação dos critérios formais de aferição da independência, está perfeitamente ajustada à natureza e à dimensão da sociedade, nomeadamente atendendo à sua natureza familiar, à estabilidade da respetiva estrutura de capital e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade.

19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

JOSÉ ANTÔNIO DO PRADO FAY

José Antônio do Prado Fay é licenciado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo frequentado um curso específico de pós-graduação em Engenharia de Equipamentos na Coppe/Petrobras (Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia). Iniciou a sua atividade profissional na Copesul em 1978, onde foi gerente do Setor de engenharia até 1986. De 1986 até 1988 foi chefe da Divisão de Engenharia e Manutenção da Petroquímica Triunfo, S.A.. Entre 1988 e 2000 exerceu diversas funções de direção na Bounge Group, nas áreas de Engenharia e Negócios de Produtos de Consumo. Assumiu a Direção Comercial e de Marketing da Electrolux de 2000 até 2003 e desde essa data até 2007 assumiu a presidência da Batavo, S.A., que em 2006 seria incorporada na Perdigão, S.A., assumindo a Presidência desta empresa em 2008. Presidiu à Brasil Foods S.A. de 2007 até 2013. Desde 2013 participa no Conselho de Administração da Camil, S.A. É *Senior advisor* do fundo Warburg Pincus, tendo ainda sido *Senior advisor* da McKinsey & Co. até 2020. Exerce desde 2020 funções como Presidente do Conselho de Administração da Semapa e noutras sociedades com esta relacionadas e ainda funções de administrador nos Conselhos de Administração da São Salvador Alimentos, S.A. e da Superbac Biotechnology Solutions.

JOÃO NUNO DE SOTTOMAYOR PINTO DE CASTELLO BRANCO

João Castello Branco exerceu as funções de Presidente da Comissão Executiva da Semapa desde julho de 2015 até 31 de dezembro de 2021, bem como os cargos de Presidente do Conselho de Administração da The Navigator Company e da Secil desde o final de 2018 até 31 de dezembro de 2021. Desde 2019 que é o Presidente da Direção do Business Council for Sustainable Development (BCSD) Portugal e integra a Comissão Executiva do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD). É também vogal do Conselho Geral da AEM – Associação Portuguesa de Emitentes. Anteriormente e após concluir a licenciatura, trabalhou no centro de desenvolvimento de motores da Renault, em França. Em 1991 ingressou na McKinsey, onde desenvolveu a sua atividade num número variado de indústrias, tanto em Portugal como em Espanha, tendo sido, até julho de 2015, Sócio Diretor do Escritório da Ibéria da mesma firma. João Castello Branco é licenciado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico e tem um Mestrado em Gestão pelo INSEAD.



RICARDO MIGUEL DOS SANTOS PACHECO PIRES²

Ricardo Pires é licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa, detém uma especialização em Corporate Finance pelo ISCTE e um MBA em Gestão de Empresas pela Universidade Nova de Lisboa. Iniciou a sua carreira na área de consultoria de gestão, entre 1999 e 2002, primeiro na BDO Binder e posteriormente na GTE Consultores. Nos anos de 2002 a 2008 exerceu funções na Direção de Corporate Finance do ES Investment, onde executou diversos projetos de M&A e mercado de capitais nos setores de Energia, Pasta e Papel e Food&Beverages. Colabora desde 2008 com a Semapa, inicialmente como Diretor de Planeamento Estratégico e Novos Negócios e depois, a partir de 2011, como Chefe de Gabinete do Presidente do Conselho de Administração. É desde 2014 Administrador Executivo da Semapa, exercendo ainda funções noutras sociedades com esta relacionadas. Desde 2015, exerce cargos de administração na The Navigator Company e na Secil. É desde 2017 CEO da Semapa Next e assumiu em março de 2020 funções de Presidente do Conselho de Administração no grupo ETSA. Lecionou, em 2021, uma disciplina num mestrado da Universidade Católica de Lisboa.

VÍTOR PAULO PARANHOS PEREIRA

Vítor Paranhos Pereira é licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa e frequentou a AESE (Universidade de Navarra). Iniciou a sua atividade profissional em 1982, na Empresa Gaspar Marques Campos Correia & C^ª. Lda., como Diretor Financeiro até 1987. De 1987 a 1989, exerceu o cargo de Adjunto da Direção Financeira no Instituto do Comércio Externo de Portugal (ICEP). Em 1989 ingressou no grupo como Diretor Financeiro da Sodim, tendo sido nomeado vogal do Conselho de Administração da mesma em 2009, funções que exerceu até maio de 2018 e depois desde março de 2020 até ao presente. Exerce ainda funções de Administração em diversas sociedades relacionadas com a Sodim, nomeadamente, desde 1998 na Hotel Ritz. Exerceu ainda entre 2001 e 2016 funções de administração na Hotel Villa Magna. É administrador da Sonagi desde 1995, exercendo funções de Presidente do Conselho de Administração desde junho de 2020. Foi designado administrador da Refundos em 2005, exercendo funções de Presidente do Conselho de Administração dessa sociedade de 2018 até maio de 2020. De 2006 a 2015, exerceu o cargo de Presidente do Conselho Fiscal da Associação da Hotelaria de Portugal (AHP) e em abril de 2019 foi nomeado Presidente da Mesa da Assembleia Geral desta entidade. Foi desde 2007 a 2016 Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP). Exerceu funções de Vogal do Conselho Fiscal da Eurovida – Companhia de Seguros, S.A. e da Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A. de 2009 a 2018. Em 2014, foi designado vogal do Conselho de Administração da Semapa. É desde março de 2020 Administrador Executivo da Semapa, e de outras sociedades com esta relacionadas, exercendo também desde fevereiro e março de 2020 cargos de administração na Secil e na The Navigator Company, respetivamente.

ANTÓNIO PEDRO DE CARVALHO VIANA-BAPTISTA

António Viana-Baptista é licenciado em Economia, pós-graduado em Economia Europeia e tem um MBA (INSEAD). Entre 1984 e 1991, foi Principal Partner da McKinsey & Co. Entre 1991 e 1998 exerceu o cargo de Administrador do Banco Português de Investimento. Entre 1998 e 2008 desempenhou funções na Telefonica, S.A., como Presidente da Telefonica Internacional (1998-2002), Presidente da Telefonica Moviles (2002-2006) e Presidente da Telefonica España (2006-2008), tendo também desempenhado funções como Administrador da Telefonica S.A. e da Portugal Telecom, em representação da Telefonica. Entre 2011 e 2016, foi CEO do Crédit Suisse AG para Espanha e Portugal. Foi Administrador não executivo da Jasper Inc, California, até 2016 e da Abertis, S.A. entre 2017 e 2018. Atualmente é Administrador não executivo da Jerónimo Martins, S.A. (onde também exerceu funções de membro da Comissão de Auditoria entre 2010 e 2015) e da Atento, S.A., acumulando também funções de Administrador da Alter Venture Partners G.P., SARL. É Administrador não executivo da Semapa desde 2010.

CARLOS EDUARDO COELHO ALVES

Carlos Alves é licenciado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico, tendo o Grau de Especialista em Gestão Industrial pela Ordem dos Engenheiros. No início da sua atividade profissional foi Assistente das cadeiras de Órgãos de Máquinas I e II, no Instituto Superior Técnico, e Estagiário para Especialista da Divisão de Observação de Obras do Laboratório Nacional de Engenharia Civil de Lisboa. Foi Engenheiro dos Serviços Técnicos da Cometna – Companhia Metalúrgica Nacional, SARL, e posteriormente Administrador responsável pela Direção Fabril e Administrador Delegado da Cobrascom S.A. (Rio de Janeiro, Brasil). Entre 1989 e 2009 exerceu cargos de Administração na Semapa, na Sodim e noutras

² O Senhor Dr. Ricardo Pires passou a exercer, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2022, funções de Presidente da Comissão Executiva na Semapa e de Presidente do Conselho de Administração da Semapa Next, da The Navigator Company e da Secil.



sociedades com esta relacionadas. Foi ainda Presidente da Comissão Executiva da Secil e da CMP entre 1994 e 2009, tendo desempenhado cargos de Administração na Portucel (atualmente The Navigator Company), na Soporcel, bem como na Enersis, onde foi Presidente do Conselho de Administração. Foi presidente da ATIC – Associação Técnica da Indústria do Cimento entre 2004 e 2009 e membro do “Steering Committee do Cembureau” entre 2004 e 2009. É desde novembro de 2015 Administrador não executivo da Semapa e desde outubro de 2020 Administrador não executivo da Secil.

FILIPA MENDES DE ALMEIDA DE QUEIROZ PEREIRA

Filipa Queiroz Pereira é licenciada em Matemáticas Aplicadas pela Universidade Lusíada e pós-graduada em Sistemas de Informação pela Harvard Extension School. Completou programas para executivos no INSEAD, London Business School, Harvard Business School e Singularity University e tem estado envolvida na atividade de consultoria informática e no setor imobiliário. É Administradora da Sodim (empresa controladora da Semapa) desde 2014, integrando também, a partir de 2018, o Conselho de Administração da Semapa e do Hotel Ritz.

FRANCISCO JOSÉ MELO E CASTRO GUEDES

Francisco Guedes é licenciado em Ciências Económicas e Financeiras e tem um MBA pelo INSEAD. Iniciou a sua atividade profissional em 1971, na Companhia União Fabril. Entre os anos de 1972 e 1975 cumpriu o Serviço Militar. Nos anos seguintes, em 1976 exerceu funções de Administrador Financeiro na Companhia Rio Moju e, de 1977 a 1987, na Anglo American Corporation (no Brasil), exerceu funções de Administrador Executivo, Administrador Financeiro da *holding*, Administrador responsável por todas as empresas de mineração (não ouro) e industriais no Brasil e Administrador Financeiro da Mineração Morro Velho. Nos anos de 1988 e 1989 foi responsável pela Corretora Ricardo Schedel. Em 1990, foi Administrador do projeto Aroeira na Formentur, e nos anos seguintes exerceu ainda cargos de administração e direção na Anglo American Corporation Portugal, Nacional – C.I.T.C., Nutrinveste e Sociedade Ponto Verde. Entre 2009 e 2015, exerceu funções de administração na The Navigator Company. Desde 2001 e até junho de 2020, exerceu funções de Administração na Secil, tendo ainda exercido funções executivas de 2001 a 2014 na Semapa e noutras empresas do grupo.

LUA MÓNICA MENDES DE ALMEIDA DE QUEIROZ PEREIRA

Lua Queiroz Pereira após concluir o Ensino Secundário, frequentou várias escolas de gestão internacionais, nomeadamente o INSEAD, onde obteve o certificado em Global Management, London Business School, Singularity University e Harvard Business School, onde completou cursos para executivos. No passado foi gestora de negócios ligados à modalidade do hipismo. É Administradora da Sodim (empresa controladora da Semapa) desde 2014, integrando também, a partir de 2018, o Conselho de Administração da Semapa e da Semapa Next, sociedade de *venture capital* do grupo.

MAFALDA MENDES DE ALMEIDA DE QUEIROZ PEREIRA

Mafalda Queiroz Pereira tem o Ensino Secundário em conjunto com os cursos técnicos de Entalhe e Marcenaria pela Fundação Ricardo Espírito Santo e Arquitetura de Interiores pelo SENAI (Brasil). Completou programas para executivos no INSEAD, London Business School e Harvard Business School e tem estado envolvida no desenvolvimento de projetos no setor imobiliário. É Administradora da Sodim (empresa controladora da Semapa) desde 2014, integrando também, a partir de 2018, o Conselho de Administração da Semapa e da Sonagi, sociedade dedicada à gestão e exploração imobiliária.

VÍTOR MANUEL GALVÃO ROCHA NOVAIS GONÇALVES

Vítor Novais Gonçalves é licenciado em Gestão de Empresas pelo ISC-HEC, em Bruxelas, e tem mais de 30 anos de experiência profissional com responsabilidades de gestão executiva nos setores de Produtos de Consumo, Telecomunicações e Financeiro. Iniciou a sua atividade profissional em 1984 na Unilever como Management Trainee e posteriormente como Gestor de Produto e Gestor de Mercado. De 1989 a 1992 exerceu funções no Citibank Portugal, como Gestor de Negócios na área de Capital de Risco, tendo sido responsável pela área de Corporate Finance e membro do Management Committee. Entre 1992 e 2000, na área financeira do grupo José de Mello, foi administrador em várias empresas e, entre outros, Diretor Geral da Companhia de Seguros Império. Entre 2001 e 2009 exerceu funções na área de telecomunicações do grupo SGC como administrador da SGC Comunicações, responsável pelo Desenvolvimento Internacional de Negócios. É administrador, entre outras, da Zoom Investment, da Semapa e da The Navigator Company.

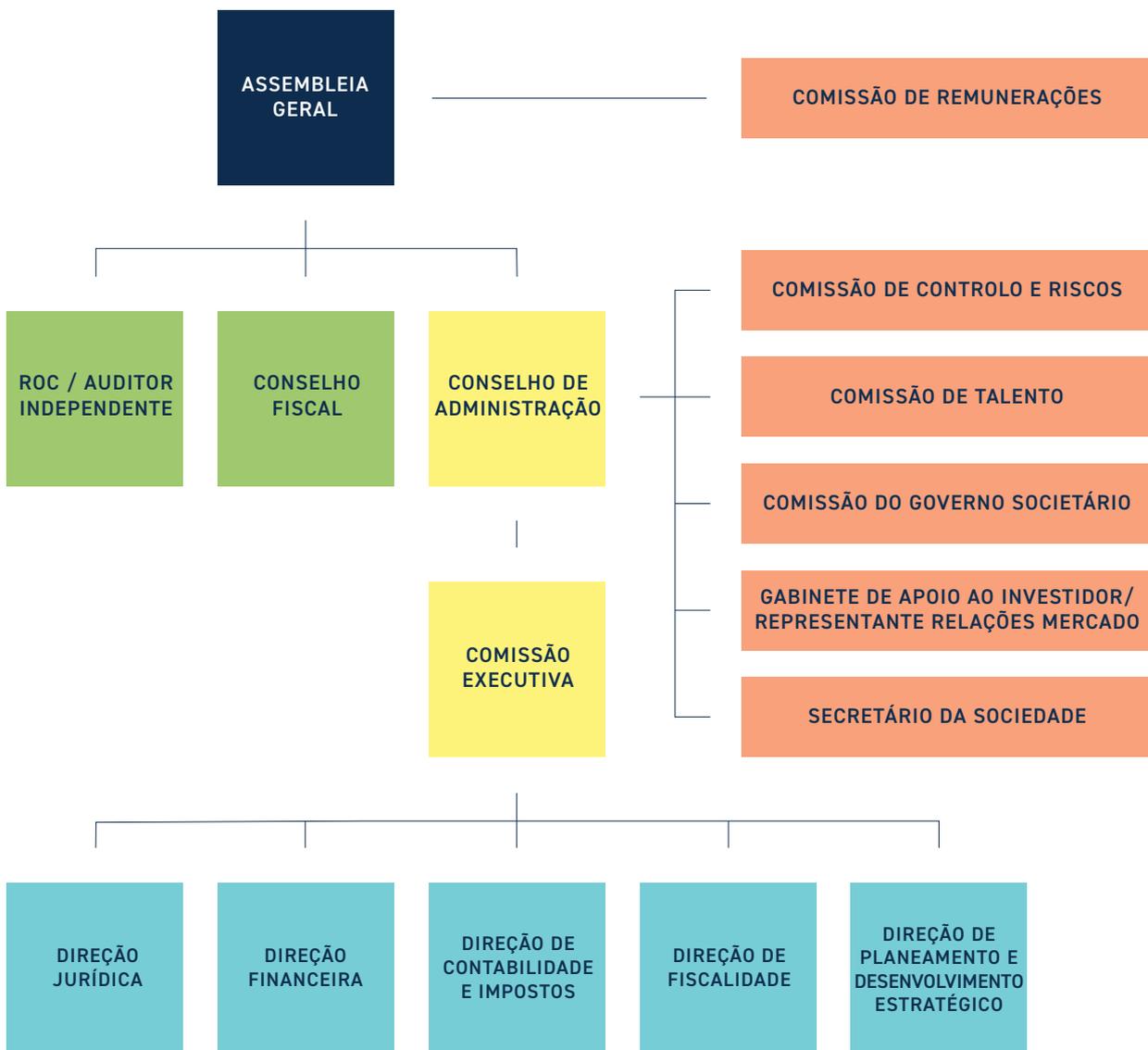


20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

Para além do exercício de cargos de administração por parte de vários administradores na Sodim e na Cimo, enquanto sociedades detentoras de participação qualificada na Semapa conforme resulta do ponto 26. *infra*, e da detenção por parte das Senhoras Dr.ª Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira, D.ª Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira e D.ª Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira, direta e indiretamente, enquanto herdeiras da Herança Indivisa do Senhor Pedro Mendonça de Queiroz Pereira, de uma posição acionista na Sodim e na Vialonga, não existem outras relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas da Semapa titulares de participação qualificada.

21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade.

Apresenta-se de forma gráfica simplificada o organograma dos vários órgãos, comissões e direções da Semapa direções da Semapa a 31 de dezembro de 2021³:



³ Foi constituída, com efeitos a 1 de janeiro de 2022, uma Comissão de Direção Executiva, para coadjuvar a Comissão Executiva no âmbito da respetiva delegação de poderes, emitindo pareceres não vinculativos e desempenhando, em especial, as funções enumeradas no respetivo regulamento de funcionamento, composta pelos membros da Comissão Executiva e pelos Diretores da Semapa, a Senhora Dr.ª Isabel Viegas, com experiência na área dos recursos humanos e da gestão do talento, e Senhor Eng.º Hugo Pinto, com experiência no desenvolvimento e planeamento estratégico.



A gestão da sociedade é centrada na articulação entre o Conselho de Administração e a Comissão Executiva.

A coordenação e a aproximação foram asseguradas pela estreita cooperação desenvolvida pelo Presidente do Conselho de Administração com a equipa executiva, através do respetivo Presidente, Eng.º João Castello Branco, pela disponibilidade dos membros da Comissão Executiva para a transmissão regular de toda a informação relevante ou urgente, ou que seja solicitada, relativa à gestão corrente da sociedade aos membros não executivos do Conselho de Administração, de forma a permitir um acompanhamento permanente da vida societária, e pela convocação de reuniões do Conselho de Administração para todas as decisões estratégicas ou consideradas especialmente relevantes, ainda que estas se enquadrem no âmbito dos poderes gerais delegados.

Também relativamente aos restantes membros dos órgãos sociais, as informações solicitadas são prestadas pelos membros da Comissão Executiva em tempo útil e de forma adequada.

Para assegurar uma transmissão regular de informação, a Comissão Executiva disponibiliza ainda as convocatórias e as atas dessa Comissão ao Conselho Fiscal. Também as restantes comissões e órgãos sociais da sociedade asseguram, atempada e adequadamente e nos termos dos respetivos regulamentos de funcionamento, o fluxo de informação, nomeadamente, através da disponibilização de convocatórias e de atas, nos termos necessários e adequados ao exercício das competências legais e estatutárias por parte dos restantes órgãos e comissões.

Até 31 de dezembro de 2021, a distribuição de pelouros entre os membros da Comissão Executiva era a seguinte, muito embora não existisse uma compartimentação rígida de funções e responsabilidades:

- 1.º** Planeamento estratégico e política de investimentos, controlo de gestão, governo societário, recursos humanos e gestão de talento, que cabe ao Presidente da Comissão Executiva, Senhor Eng.º João Nuno de Sottomayor Pinto de Castello Branco.
- 2.º** Áreas financeira, contabilística, fiscal e jurídica que cabe ao Administrador Senhor Dr. Vítor Paulo Paranhos Pereira.
- 3.º** Áreas de desenvolvimento estratégico e tecnologias de informação, que cabe ao Administrador Senhor Dr. Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires.

Em relação ao planeamento estratégico e política de investimentos, e sem prejuízo do pelouro a que se faz referência, esclarece-se que é por natureza uma área de maior intervenção dos membros não executivos e que contou com significativo envolvimento por parte do Presidente do Conselho de Administração. Participam assim os administradores não executivos na definição da estratégia, principais políticas, estrutura empresarial e decisões que devam considerar-se estratégicas em virtude do seu montante ou risco, bem como na avaliação do respetivo cumprimento.

No âmbito da definição da estratégia e principais políticas, a sociedade procurou incorporar e concretizar os Princípios Estratégicos definidos pela sociedade, que são os seguintes:

- i.** Crescer com criação de valor para o acionista numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e com elevada consciência social;
- ii.** Promover o desenvolvimento das comunidades com que se relaciona;
- iii.** Desenvolver os seus Recursos Humanos, proporcionando-lhes valorização permanente e oportunidades de carreira de acordo com a ambição e capacidades demonstradas, e
- iv.** Estar atento às oportunidades de negócio concretizando aquisições geradoras de valor.

Tendo, nomeadamente, por base os referidos Princípios Estratégicos, a sociedade definiu quatro Eixos Estratégicos da Sustentabilidade, que no seu conjunto estabelecem os vetores de atuação da sociedade neste âmbito e do grupo onde se insere:



1.º Criação de Valor no Negócio

Consciente do impacto que a sua atividade tem na Sociedade, a Semapa ambiciona criar valor sustentável e partilhá-lo com os seus *stakeholders*. O Grupo Semapa impacta a vida de milhares de pessoas, ao longo de toda a sua cadeia de valor. É cada vez mais evidente que a forma como o Grupo gere a sua relação com a comunidade, com os recursos e riscos associados às suas atividades tem impacto no desempenho económico.

O Grupo Semapa tem uma abordagem de gestão que assenta nos princípios de ética, integridade e honestidade na relação interna e externa e no desenvolvimento das atividades que integram todas as fases da cadeia de valor. As suas atividades regem-se por políticas internas como os Princípios Deontológicos, o Código de Boa Conduta e Prevenção do Assédio e o Plano Anual para a Igualdade e com mecanismos e procedimentos instituídos para comunicação de irregularidades e de prevenção de conflitos de interesses.

A Semapa assume como dever a gestão dos riscos inerentes à sua atividade e também o acompanhamento do contexto e a gestão dos riscos aos quais as suas Participadas se encontram expostas. A Semapa dispõe de um sistema de controlo e gestão de riscos ágil e robusto, de modo a responder aos diferentes negócios, geografias e situações de risco aos quais o Grupo se encontra exposto.

A inovação sustentada e a investigação e desenvolvimento são apostas do Grupo Semapa, não só para procurar assegurar novas fronteiras de rentabilidade do negócio, mas, em simultâneo, contribuir para melhorar a eficiência dos processos, e produzir produtos inovadores e com menor impacto. Este alinhamento é comum a todos os segmentos de negócio do Grupo, que contam com áreas de I&D próprias para assegurar a produção de conhecimento científico e tecnológico e garantir a competitividade nos diversos setores.

2.º Valorização das Pessoas

O Capital humano é um dos ativos mais relevantes para o Grupo Semapa. O seu desenvolvimento e crescimento dentro das empresas do Grupo são há muito uma prioridade. O investimento na formação e a capacitação são as ferramentas da Semapa para preparar os seus Colaboradores para as necessidades atuais e futuras dos seus negócios. De forma idêntica, o desenho e planeamento das suas carreiras, a definição de objetivos a curto e médio prazo e a avaliação de desempenho, são a forma de gerir a evolução dos Colaboradores, em função das suas aspirações e alinhada com as necessidades da empresa. A Semapa atribui especial destaque à forma como os valores, publicados em <https://www.semapa.pt/pt-pt/grupo/missao> são vividos e praticados em todo o Grupo.

O cuidado com os Colaboradores internos e também com os externos, sejam permanentes ou pontuais, é uma prioridade de todas as empresas do Grupo Semapa. Apesar dos diferentes estágios em que se encontra a cultura de segurança, todas as empresas pretendem alcançar a excelência através de uma cultura de interdependência, onde cada colaborador cuida de si e dos outros.

3.º Proteção do Planeta

Face aos desafios existentes associados à proteção do planeta, o Grupo Semapa reconhece o seu papel fundamental na minimização dos impactos ambientais, nomeadamente, através do foco nos temas da Gestão da Água, Economia Circular e Conservação da Biodiversidade e serviços dos Ecossistemas.

A gestão da água é um dos grandes desafios da atualidade, e uma preocupação constante do Grupo, pois é um recurso escasso partilhado por todos. No entanto, entre as atividades antropogénicas e a natureza, este recurso, apesar de renovável, é limitado à quantidade disponível no planeta.

A Economia Circular é um tema presente na agenda do Grupo nos últimos anos. Sendo o Grupo maioritariamente industrial, a circularidade, reaproveitamento e reciclagem dos materiais tem permitido obter ganhos elevados em termos de eficiência no consumo de recursos e, em consequência, ganhos económicos.

A relação de dependência que o Grupo tem com a biodiversidade é clara: todos os recursos como a água, alimentos, matérias-primas e energia, resultam das interações com a natureza e os serviços que estas prestam. Para o Grupo Semapa é evidente a importância da manutenção destas interações e o impacto que poderá ter nas suas atividades.

4.º Envolvimento com a Comunidade

A Responsabilidade Social empresarial é um dos elementos estruturantes e essencial da atuação da Semapa, tanto no desenvolvimento da sua atividade direta, como no que é realizado através das suas Participadas. Herdeira da longa tradição empresarial de filantropia e mecenato da Família Queiroz Pereira, sua acionista de referência, a Semapa desenvolve iniciativas próprias e apoia projetos de Responsabilidade Social, em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

No âmbito da sustentabilidade, está criada uma comissão *ad hoc*, com diversos grupos de trabalho para tratar de temas específicos, que tem desenvolvido a sua atividade sob a supervisão da Comissão Executiva e envolvendo de forma transversal todas as sociedades do grupo. Em resultado desta atividade é elaborado anualmente pela sociedade o respetivo “Relatório de Sustentabilidade” que, numa perspetiva consolidada e em resposta aos requisitos legais introduzidos pela legislação nacional e comunitária, faz uma análise desenvolvida da abordagem e do compromisso da sociedade para com os temas de sustentabilidade. Assim, e através da observância e concretização dos aludidos princípios estratégicos e nos termos melhor desenvolvidos no referido relatório, a sociedade assegura o êxito a longo prazo, com um contributo significativo para a comunidade em geral.

Relativamente aos poderes da Comissão Executiva, estão delegados nesta comissão poderes de gestão amplos, na sua grande parte discriminadamente indicados no ato de delegação, e apenas limitados no que respeita à matéria identificada no artigo 407.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais. Estão, em concreto, delegados os seguintes atos:

- a) Negociar e deliberar a celebração por ato público ou particular de qualquer contrato de natureza comercial ou civil, nos termos e condições que considere mais convenientes, bem como tomar todas as decisões que considere apropriadas na execução desses contratos;
- b) Deliberar emitir, subscrever, sacar, aceitar, endossar, avalizar, protestar ou praticar qualquer outro ato no âmbito da utilização de títulos de crédito;
- c) Deliberar sobre todos os atos correntes de natureza bancária, junto de instituições financeiras portuguesas ou estrangeiras, designadamente abrindo, consultando e estabelecendo o modo de movimentação de contas bancárias por todas as formas legalmente admissíveis;
- d) Negociar e deliberar, contrair e alterar as condições de mútuos, junto de instituições financeiras ou outras entidades, incluindo a prestação de respetivas garantias nos casos em que é delegável nos termos da lei, tudo nos termos que entender mais convenientes;
- e) Deliberar adquirir, alienar e onerar ativos de todas as naturezas, nos termos e condições que entender mais adequados, negociando e deliberando a formalização para o efeito, por documento público ou particular, de qualquer instrumento contratual, e praticando quaisquer atos acessórios ou complementares, que se revelem necessários na execução desses contratos;
- f) Tomar todas as decisões e praticar todos os atos no âmbito do exercício pela sociedade da sua posição de acionista, designadamente indicando os seus representantes nas Assembleias Gerais das sociedades em que participe e tomando deliberações unânimes por escrito;
- g) Preparar os projetos de relatórios de atividade, balanços, demonstrações financeiras e propostas de aplicação de resultados;
- h) Praticar todos os atos necessários ou convenientes, no âmbito das relações laborais da sociedade com os seus trabalhadores, designadamente contratar, despedir, transferir, definir condições de trabalho e de remuneração, bem como as suas atualizações e alterações;
- i) Deliberar sobre a representação da sociedade perante qualquer Tribunal ou instituto de mediação ou arbitragem, tomando todas as decisões que se mostrem necessárias ou convenientes no âmbito de qualquer procedimento aí pendente ou a instaurar, designadamente as de desistir, confessar ou transigir;
- j) Constituir procuradores da sociedade dentro dos poderes que lhe estão delegados;



- k) Praticar todos os atos necessários ou convenientes no âmbito da emissão de obrigações e papel comercial, já emitidos ou a emitir, incluindo a decisão de emissão, e
- l) Em geral, praticar todos os atos de gestão corrente da sociedade, com exceção daqueles que por lei não podem ser delegados nos termos do artigo 407.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais.

Estão vedadas à Comissão Executiva as deliberações sobre:

- a) Escolha do Presidente do Conselho de Administração;
- b) Cooptação de administradores;
- c) Pedido de convocação de Assembleias Gerais;
- d) Relatórios e contas anuais;
- e) Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade;
- f) Mudança de sede e aumentos de capital, e
- g) Projetos de fusão, de cisão e de transformação da sociedade.

Estão ainda institucionalizados alguns procedimentos que sempre constituíram a prática na sociedade, de modo a garantir a intervenção do Conselho de Administração na tomada de decisões estratégicas em razão do seu montante, risco ou características especiais.

No caso do Conselho Fiscal, que tem as competências que resultam da lei e melhor descritas no ponto 38. deste relatório, não existem poderes delegados ou pelouros atribuídos.

A Comissão de Controlo e Riscos tem, entre outras atribuições, como objeto a deteção e o controlo de todos os riscos relevantes na atividade da sociedade, tendo-lhe sido atribuídas todas as competências referidas no ponto 29. deste relatório, necessárias ao prosseguimento daquele objetivo.

A Comissão do Governo Societário tem por objeto a supervisão permanente do cumprimento pela sociedade das disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis ao governo societário e demais competências desenvolvidas no ponto 29. deste relatório.

A Comissão de Talento tem competências de natureza recomendatória e consultiva em matéria de nomeações e avaliações, mais desenvolvidas no ponto 29. deste relatório.

As funções do Gabinete de Apoio ao Investidor vêm referidas no ponto 56. deste relatório.

O Secretário da Sociedade é designado pelo Conselho de Administração e possui as competências definidas na lei.

A Comissão de Remunerações elabora a política de remuneração dos membros do órgão de administração e fiscalização, competindo-lhe ainda realizar todo o trabalho de análise e fixação da remuneração dos administradores, em estreita cooperação com a Comissão de Talento.

A Direção Jurídica presta assessoria jurídica à sociedade e é responsável pelo *compliance* legal com o objetivo de garantir a conformidade dos processos e procedimentos com a legislação aplicável. A Direção Financeira tem como principais funções a gestão e planeamento financeiro. A Direção de Contabilidade e Impostos tem como principais competências assegurar a prestação de contas da sociedade e o cumprimento das suas obrigações fiscais. A Direção de Fiscalidade, por seu turno, presta assessoria em matéria tributária, assegurando o cumprimento da legislação em vigor e evitando o planeamento fiscal abusivo. Já a Direção de Planeamento e Desenvolvimento Estratégico é responsável pelos processos de planeamento, orçamentação e controlo de negócio do grupo, sendo também responsável pela análise de novos investimentos e pelo planeamento e desenvolvimento estratégico do grupo.

Os órgãos sociais e as comissões internas acima identificadas estão obrigadas, nos termos dos respetivos regulamentos internos de funcionamento, a disponibilizar entre si, nos termos legal e estatutariamente exigidos, toda a informação e documentação necessária ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões, devendo ainda as várias direções e serviços da sociedade colaborar na produção, tratamento e divulgação da referida informação, de modo adequado, rigoroso e atempado. Nos termos dos referidos regulamentos e das demais normas aplicáveis, os mencionados órgãos sociais e as demais comissões da sociedade elaboram atas completas das respetivas reuniões.

Os regulamentos do Conselho de Administração e do órgão de fiscalização estabelecem ainda, em especial, mecanismos que garantem, dentro dos limites da legislação e da regulamentação aplicável, o acesso dos seus membros aos colaboradores da sociedade e a toda a informação que seja necessária à avaliação do desempenho, situação e perspetivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo e sem limitar, atas, documentação de suporte das deliberações tomadas, convocatórias e arquivo das reuniões do Conselho de Administração e da respetiva Comissão Executiva, sem prejuízo de poderem aceder a outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.

B) FUNCIONAMENTO

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

Existe um regulamento de funcionamento do Conselho de Administração que se encontra publicado no sítio da sociedade na Internet (https://www.semapa.pt/sites/regulamento_do_conselho_de_administracao.pdf), onde pode ser consultado.

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, às reuniões realizadas.

Em 2021, tiveram lugar doze reuniões do Conselho de Administração, tendo a assiduidade de cada membro (presenças físicas ou através de meios telemáticos) sido a seguinte:

Membros do Conselho de Administração	Membros presentes (%)	Membros presentes e representados (%)
João Nuno de Sottomayor Pinto de Castello Branco	100	100
José António do Prado Fay	100	100
Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires	91,7	91,7
Vítor Paulo Paranhos Pereira	100	100
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	100	100
Carlos Eduardo Coelho Alves	100	100
Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	83,3	83,3
Francisco José Melo e Castro Guedes	100	100
Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	83,3	83,3
Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	83,3	83,3
Vítor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves	100	100



24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

A Comissão de Remunerações é o órgão da sociedade que prepara todo o enquadramento da avaliação dos administradores executivos no âmbito da Política de Remuneração. A avaliação de desempenho de cada administrador executivo segue um processo interno estruturado sob a responsabilidade/liderança do respetivo responsável (i.e. sob a responsabilidade da pessoa que preside à equipa, no caso dos vogais da Comissão Executiva, e sob a responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração, no caso do Presidente da Comissão Executiva) e no qual participam também os administradores não executivos que o responsável entenda pertinente envolver.

Neste processo está ainda envolvida a Comissão de Talento, atualmente composta por 5 membros não executivos do Conselho de Administração, a quem compete acompanhar o sistema de avaliação de desempenho da administração executiva e de atribuição de remuneração pela sociedade e pronunciar-se sobre as propostas de avaliação individual de desempenho da administração executiva, o que torna desnecessário um envolvimento adicional do próprio Conselho de Administração na avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Por fim, compete à Comissão de Remunerações confirmar, no tocante à avaliação de desempenho, os respetivos fatores de realização e garantir a coerência geral do processo, fixando a remuneração variável.

Assim, em 2021 e relativamente ao exercício de 2020, a Comissão de Talento pronunciou-se sobre as propostas de avaliação de desempenho individual dos membros da Comissão Executiva, emitidas pelo respetivo Presidente, e deste, emitida pelo Presidente do Conselho de Administração, comunicando o seu parecer à Comissão de Remunerações.

Por seu turno, e nos termos previstos no Regulamento do Conselho de Administração e no Regulamento da Comissão de Talento, o Conselho de Administração, com o acompanhamento da Comissão de Talento, deve avaliar anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho das suas comissões, incluindo a Comissão Executiva, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento anual, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade. Nos termos previstos no respetivo regulamento, a Comissão de Talento procede ao acompanhamento da avaliação global do desempenho do Conselho de Administração.

A avaliação dos administradores executivos, bem como a autoavaliação do Conselho de Administração e das suas comissões, tiveram lugar no exercício de 2021 relativamente ao desempenho de 2020 e ocorrerão em 2022 relativamente ao exercício de 2021, nos termos acima descritos.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Os critérios-base para a avaliação do desempenho dos administradores executivos a vigorar em 2021-2024 são os definidos no ponto 7. do capítulo IV da Política de Remuneração para definição da componente variável da remuneração. Estes critérios são concretizados através de um sistema de *Key Performance Indicators* (KPIs), quantitativos e qualitativos, relacionados com o desempenho da sociedade (indicadores gerais de negócio, com um peso de 65%) e do administrador em causa (objetivos específicos, com um peso de 20%, e indicadores comportamentais, com um peso de 15%). Dentro dos indicadores gerais de negócio relevam especialmente o EBITDA, os resultados líquidos, o *cash flow* e o *Total Shareholder Return vs Pares*, e nas competências comportamentais releva o alinhamento de cada administrador com os interesses de longo prazo e de sustentabilidade da sociedade. Esclarece-se que na avaliação de desempenho relativa a 2020 realizada em 2021 o indicador *Total Shareholder Return vs Pares* ainda não integrava os indicadores gerais de negócio considerados para efeitos de avaliação do desempenho.

26. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

Os membros do Conselho de Administração têm a disponibilidade adequada ao desempenho das funções que lhes estão cometidas, tendo as demais atividades exercidas pelos membros executivos no decurso do exercício, fora do grupo económico de que a Semapa faz parte, um carácter inexpressivo, quando comparado com o desempenho das suas funções na sociedade e restantes sociedades do mesmo grupo económico.

Para além das atividades referidas no ponto 19., os membros do Conselho de Administração desempenham os cargos sociais que se descrevem *infra*:

JOSÉ ANTÔNIO DO PRADO FAY

Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:
Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa.

Funções exercidas noutras sociedades:

CAMIL ALIMENTOS, S.A.	Administrador
CIMO – Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SÃO SALVADOR ALIMENTOS S.A.	Administrador
SODIM, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SUPERBAC Biotechnology Solutions	Administrador

JOÃO NUNO DE SOTTOMAYOR PINTO DE CASTELLO BRANCO

Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:

APHELION, S.A.	Presidente do Conselho de Administração ⁴
SEMAPA NEXT, S.A.	Presidente do Conselho de Administração ⁵

Funções exercidas noutras sociedades:

AEM – Ass. de Emp. Emitentes de Valores Cotados em Mercado	Membro do Conselho Geral
Associação Business Roundtable Portugal	Membro da Direção ⁶
BCSD – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável	Presidente
FÓRUM PARA a COMPETITIVIDADE	Vogal do Conselho Diretivo
THE NAVIGATOR COMPANY, S.A.	Presidente do Conselho de Administração ⁷
SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Presidente do Conselho de Administração ⁸
SODIM, SGPS, S.A.	Administrador ⁹
WBCSD – World Business Council of Sustainable Development	Membro da Comissão Executiva

RICARDO MIGUEL DOS SANTOS PACHECO PIRES

Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:

ABAPOR – Comércio e Indústria de Carnes, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
APHELION, S.A.	Administrador ¹⁰
BIOLOGICAL – Gestão de Resíduos Industriais, Lda.	Gerente
ETSA LOG, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
ETSA – Investimentos, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
I.T.S. – Indústria Transformadora de Subprodutos, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SEBOL – Comércio e Indústria de Sebo, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SEMAPA Inversiones, S.L.	Administrador
SEMAPA NEXT, S.A.	Presidente da Comissão Executiva ¹¹

4 Funções desempenhadas até 31 de dezembro de 2021.

5 Funções desempenhadas até 31 de dezembro de 2021.

6 Funções desempenhadas até 31 de dezembro de 2021.

7 Funções desempenhadas até 31 de dezembro de 2021.

8 Funções desempenhadas até 31 de dezembro de 2021.

9 Funções desempenhadas até 31 de dezembro de 2021.

10 Designado Presidente do Conselho de Administração a partir de 1 de janeiro de 2022.

11 Até dia 2 de agosto de 2021 exerceu funções de Administrador Delegado e, após essa data e até 31 de dezembro de 2021, como Presidente da Comissão Executiva, tendo deixado de exercer estas funções a partir de 1 de janeiro de 2022 e sido designado com efeitos nessa data como Presidente do Conselho de Administração.



Funções exercidas noutras sociedades:

CIMO – Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Administrador
PYRUS AGRICULTURAL LLC	Administrador
PYRUS INVESTMENTS LLC	Administrador
PYRUS REAL ESTATE LLC	Administrador
SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Administrador ¹²
SODIM, SGPS, S.A.	Administrador
THE NAVIGATOR COMPANY, S.A.	Administrador ¹³
UPSIS, S.A.	Administrador

VÍTOR PAULO PARANHOS PEREIRA

Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:

APHELION, S.A.	Administrador
CELCIMO, S.L.	Presidente do Conselho de Administração ¹⁴
SEMAPA Inversiones, S.L.	Presidente do Conselho de Administração

Funções exercidas noutras sociedades:

ANTASOBRAL – Sociedade Agropecuária, S.A.	Administrador
CAPITAL HOTELS – Sociedade de Investimentos e Gestão, S.A.	Administrador
CIMO – Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Administrador
GALERIAS RITZ, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
HOTEL RITZ, S.A.	Administrador
PARQUE RITZ, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Administrador
SODIM, SGPS, S.A.	Administrador
SOCIEDADE AGRÍCOLA da HERDADE dos FIDALGOS, Unip., Lda	Gerente
SONAGI, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SONAGI – Imobiliária, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
THE NAVIGATOR COMPANY, S.A.	Administrador
ASSOCIAÇÃO DA HOTELARIA DE PORTUGAL	Presidente da Mesa da Assembleia Geral

ANTÓNIO PEDRO DE CARVALHO VIANA-BAPTISTA

Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:

Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa.

Funções desempenhadas noutras sociedades:

ALTER VENTURE PARTNERS G.P., SARL	Administrador
ATENTO, S.A.	Administrador
JERÓNIMO MARTINS SGPS, S.A.	Administrador

CARLOS EDUARDO COELHO ALVES

Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:

Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa.

Funções exercidas noutras sociedades:

SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Administrador
--	---------------

¹² Designado Presidente do Conselho de Administração a partir de 1 de janeiro de 2022.

¹³ Designado Presidente do Conselho de Administração a partir de 1 de janeiro de 2022.

¹⁴ Sociedade dissolvida e liquidada a 23 de dezembro de 2021.



FILIPA MENDES DE ALMEIDA DE QUEIROZ PEREIRA

Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:
Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa.

Funções exercidas noutras sociedades:

ABSTRACTREASON, LDA.	Gerente
BESTWEB, LDA.	Gerente
CAPITAL HOTELS – Sociedade de Investimento e Gestão S.A.	Presidente do Conselho de Administração
CIMO – Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Administradora
FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO BOM SUCESSO	Presidente do Conselho Geral
HOTEL RITZ, S.A.	Administradora
LAGUM, LDA	Gerente
SODIM, SGPS, S.A.	Administradora
REALTRAJE, LDA.	Gerente
REPRESENTAÇÕES CARVALHAL, S.A.	Administradora

FRANCISCO JOSÉ MELO E CASTRO GUEDES

Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:
CELCIMO, S.L.

Administrador¹⁵

Funções exercidas noutras sociedades:

CIMENTS DE SIBLINE S.A.L.	Administrador
---------------------------	---------------

LUA MÓNICA MENDES DE ALMEIDA DE QUEIROZ PEREIRA

Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:
SEMAPA NEXT, S.A.

Administradora

Funções exercidas noutras sociedades:

CIMO – Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Administradora
ECO MALHADA, Lda.	Gerente
SODIM, SGPS, S.A.	Administradora
REPRESENTAÇÕES CARVALHAL, S.A.	Administradora

MAFALDA MENDES DE ALMEIDA DE QUEIROZ PEREIRA

Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:
Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa.

Funções exercidas noutras sociedades:

CIMO – Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Administradora
MONTE DA PRAIA RECURSOS NATURAIS, S.A.	Administradora
SOCIEDADE AGRÍCOLA da HERDADE dos FIDALGOS, Unip., Lda	Gerente
SODIM, SGPS, S.A.	Administradora
SONAGI, SGPS, S.A.	Administradora
REPRESENTAÇÕES CARVALHAL, S.A.	Presidente do Conselho de Administração

¹⁵ Sociedade dissolvida e liquidada a 23 de dezembro de 2021.



VÍTOR MANUEL GALVÃO ROCHA NOVAIS GONÇALVES

Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:
Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa.

Funções desempenhadas noutras sociedades:

BELDEVELOPMENT, S.A.	Administrador
EXTRASEARCH, SGPS, S.A.	Administrador
EUROMIDLANDS – Sociedade Imobiliária, Lda.	Gerente
MAGALHÃES e GONÇALVES – Consultoria e Gestão, Lda.	Gerente
PRUDENTARBÍTRIO, Lda.	Gerente
QUALQUER PONTO – Sociedade Imobiliária, Lda.	Gerente
QUALQUER PRUMO – Sociedade Imobiliária, Lda.	Gerente
TERRAPONDERADA, Lda.	Gerente
THE NAVIGATOR COMPANY, S.A.	Administrador
VANGUARDINTEGRAL, Lda.	Gerente
VRES – Vision Real Estate Solutions, S.A.	Administrador
ZOOM INVESTMENT, SGPS, S.A.	Administrador
ZOOM INVESTMENT TURISMO, S.A.	Administrador
2FOR VENTURE, SGPS, Lda.	Gerente

Nos termos do regulamento do Conselho de Administração, os administradores que integram a Comissão Executiva não podem desempenhar funções de administração executiva em entidades exteriores ao grupo empresarial em que se enquadra a sociedade, salvo se a atividade dessas entidades for considerada acessória ou complementar à atividade do grupo ou não implicar um dispêndio de tempo relevante, não desempenhando os administradores executivos funções noutras sociedades que não cumpram os critérios atrás referidos.

No mesmo regulamento está previsto que os administradores que não integram a Comissão Executiva podem desempenhar funções de administração (executivas ou não) em entidades exteriores ao grupo empresarial em que se enquadra a sociedade sempre que não estejam em causa sociedades que desempenham uma atividade concorrente com a da sociedade, ou das sociedades direta ou indiretamente participadas por esta, devendo informar o Presidente do Conselho de Administração previamente ao início dessas mesmas funções. Os administradores não executivos da sociedade não desempenham funções noutras sociedades que não cumpram os requisitos atrás descritos.

C) COMISSÕES NO SEIO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO OU SUPERVISÃO E ADMINISTRADORES DELEGADOS

27. Identificação das comissões criadas no seio, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.

Na sociedade estão constituídas as seguintes comissões criadas no seio do Conselho de Administração: Comissão Executiva, Comissão de Controlo e Riscos, Comissão do Governo Societário e Comissão de Talento.

A Comissão de Controlo e Riscos, a Comissão do Governo Societário e a Comissão de Talento dispõem de regulamentos de funcionamento, encontrando-se os mesmos publicados no sítio da sociedade na Internet (<https://www.semapa.pt/index.php/pt-pt/investidores/governo/regulamentos>), local onde podem ser consultados.

Atendendo à sua natureza, composição e origem no seio do Conselho de Administração, que dispõe de um regulamento de funcionamento autónomo e que contém também regras específicas sobre a organização e o funcionamento da respetiva Comissão Executiva, esta última não dispõe de um regulamento autonomizado, sendo-lhe aplicáveis as seguintes regras de funcionamento previstas no referido regulamento e no respetivo ato de delegação de poderes:

- a) A Comissão Executiva reúne quando for convocada pelo seu Presidente ou por quaisquer outros dois membros;
- b) Os membros da Comissão Executiva podem fazer-se representar por outro membro, não podendo cada pessoa representar mais que um membro;

- 
- c) O Presidente da Comissão Executiva tem voto de qualidade;
 - d) Os membros ausentes podem votar por escrito, e
 - e) Compete em especial ao Presidente da Comissão Executiva assegurar a prestação de informação e a articulação com o Conselho de Administração.

28. Composição, se aplicável, da comissão executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s).

Os membros da Comissão Executiva foram, em 2021, os seguintes:

- Eng.º João Nuno de Sottomayor Pinto de Castello Branco, que preside;
- Dr. Vítor Paulo Paranhos Pereira; e
- Dr. Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires.

Os Senhores Eng.º João Castello Branco e Dr. Ricardo Pires foram designados membros da Comissão Executiva por deliberação do Conselho de Administração de 5 de junho de 2018, tendo o Senhor Dr. Vítor Paranhos Pereira sido designado administrador executivo por deliberação do Conselho de Administração de 31 de janeiro de 2020 e com produção de efeitos a 1 de março de 2020.

29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

COMISSÃO EXECUTIVA:

Os poderes da Comissão Executiva vêm referidos no ponto 21. deste relatório.

A Comissão Executiva é o órgão de gestão executivo da sociedade, tendo prosseguido as suas competências no âmbito da delegação de poderes que lhe foi confiada pelo Conselho de Administração. Esta comissão reúne com regularidade e sempre que necessário, em função dos negócios em curso e do acompanhamento da atividade da sociedade, tendo reunido 37 vezes durante o exercício de 2021. Para além dos membros da Comissão Executiva, estas reuniões são secretariadas pelo Secretário da Sociedade, Senhor Dr. Rui Gouveia, e incluem, sempre que as matérias assim o justifiquem, a presença de administradores não executivos e de sociedades do grupo e de elementos das várias direções da empresa.

COMISSÃO DE CONTROLO E RISCOS:

A Comissão de Controlo e Riscos, para a prossecução do seu objeto de deteção e controlo de todos os riscos relevantes na atividade da sociedade, em especial dos riscos financeiros, tem, nomeadamente, as seguintes competências:

- a) Acompanhar os negócios da sociedade, assegurando uma análise integrada e permanente dos riscos associados aos mesmos;
- b) Propor e acompanhar a implementação de medidas concretas e procedimentos relativos ao controlo e redução dos riscos na atividade da sociedade, visando o aperfeiçoamento do sistema de controlo interno e, nomeadamente, da função de gestão de riscos;
- c) Verificar a implementação dos ajustamentos ao sistema de controlo interno, nomeadamente, à função de gestão de riscos propostos pelo Conselho Fiscal; e
- d) Propor a discussão, alteração e introdução de novos procedimentos que visem o aperfeiçoamento da deteção, controlo e gestão dos riscos inerentes à atividade da sociedade.



Compete ainda à Comissão de Controlo e Riscos a elaboração, para aprovação pelo Conselho de Administração, da política de risco da sociedade para cada exercício social, que deverá identificar, sem limitar:

- a) Os principais riscos a que a sociedade se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade e os limites em matéria de assunção de riscos para a sociedade;
- b) A probabilidade da ocorrência, e respetivo impacto, desses riscos relevantes na atividade da sociedade, e
- c) Os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a mitigação dos riscos relevantes para a atividade da sociedade identificados.

A Comissão de Controlo e Riscos reuniu cinco vezes durante o exercício de 2021 e, em 31 de dezembro de 2021, era composta pelo Senhor Eng.º Carlos Eduardo Coelho Alves, Presidente, e pelos Senhores Dr. Vítor Paulo Paranhos Pereira e Dr.ª Margarida Isabel Feijão Antunes Rebocho, Vogais, sendo os Senhores Eng.º Carlos Alves e Dr. Vítor Paranhos Pereira igualmente administradores da sociedade.

No âmbito das suas atividades, esta comissão praticou os atos, manteve o acompanhamento e fez todas as verificações inerentes às suas competências, tendo realizado reuniões conjuntas com os membros do Conselho Fiscal, com o apoio da Direção Financeira e da Direção de Contabilidade e Impostos.

COMISSÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO:

À Comissão do Governo Societário, para além da supervisão permanente do cumprimento pela sociedade das disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis ao governo societário, compete a análise crítica das práticas e comportamentos da sociedade no âmbito do governo societário, e a iniciativa no sentido de propor a discussão, alteração e introdução de novos procedimentos que visem o aperfeiçoamento da estrutura e governo societários. A Comissão do Governo Societário deve ainda avaliar anualmente a situação do governo da sociedade e submeter ao Conselho de Administração as propostas que entenda convenientes.

A Comissão do Governo Societário reuniu duas vezes durante o exercício de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, era composta pelos Senhores Dr. Francisco José Melo e Castro Guedes, Presidente, Eng.º José Antônio do Prado Fay e Dr. Rui Tiago Trindade Ramos Gouveia, Vogais e, respetivamente, Administrador, Presidente do Conselho de Administração e Secretário da Sociedade.

A Comissão do Governo Societário desenvolveu as suas atividades de supervisão e avaliação do governo societário ao longo do exercício e contribuiu ativamente para a elaboração do relatório anual do governo da sociedade, tendo tido acesso à informação necessária essencialmente através do seu membro Senhor Dr. Rui Gouveia, que é também Diretor Jurídico da sociedade, e do contacto permanente e da presença em reuniões do Presidente da Comissão Executiva e de mais um membro da Direção Jurídica.

COMISSÃO DE TALENTO:

A Comissão de Talento funciona em conformidade com o disposto no respetivo regulamento competindo-lhe, relativamente aos órgãos sociais, em especial, o seguinte:

- a) **Em matéria de nomeação:**
 - i. Assistir o Conselho de Administração na identificação e avaliação da adequação de perfil, conhecimentos, e currículo de membros dos órgãos sociais a designar, nomeadamente, a nomeação por cooptação para o desempenho de funções de membro do Conselho de Administração da sociedade, e, bem assim, na escolha dos administradores que desempenharão funções executivas;
 - ii. Disponibilizar os seus termos de referência e induzir, na medida das suas competências, processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género, e
 - iii. Sempre que julgado conveniente, conhecer e acompanhar os processos de seleção de potenciais candidatos para o desempenho de funções executivas de administração em sociedades subsidiárias do grupo, nos casos em que a sociedade pretenda apresentar a respetiva proposta eletiva.

b) Em matéria de avaliação:

- i. Acompanhar o sistema de avaliação de desempenho da administração e de atribuição de remuneração da sociedade;
- ii. Pronunciar-se sobre as propostas de avaliação individual anual de desempenho dos vogais da Comissão Executiva, emitidas pelo respetivo Presidente, e deste, emitida pelo Presidente do Conselho de Administração, e
- iii. Acompanhar a avaliação global do desempenho do Conselho de Administração, enquanto órgão, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito.

Compete também à Comissão em matéria de gestão de talento: (i) acompanhar e emitir recomendações sobre as políticas e procedimentos internos relativos à gestão de talento do grupo e (ii) apreciar periodicamente a necessidade e disponibilidade de talento ao nível do grupo e recomendar as atuações adequadas para assegurar a capacidade do grupo de responder aos desafios que se apresentem.

A Comissão de Talento reuniu quatro vezes durante o exercício de 2021. A 31 de dezembro de 2021, eram membros da Comissão de Talento os Senhores Eng.º José Antônio do Prado Fay, Presidente, Eng.º Carlos Eduardo Coelho Alves, Dr.ª Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira, D.ª Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira e D.ª Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira, Vogais, todos administradores não executivos da sociedade.

O processo de atribuição de remunerações, que é acompanhado pela Comissão de Talento, cabe em especial à Comissão de Remunerações existente na sociedade, criada ao abrigo do artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais, com competências, nomeadamente, para a elaboração da Política de Remuneração e para a fiscalização e realização de todo o trabalho de análise e fixação da remuneração dos administradores.

III. FISCALIZAÇÃO

A) COMPOSIÇÃO

30. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado.

A fiscalização da sociedade compete ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais.

31. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 17.

Em termos estatutários, o Conselho Fiscal é composto por três a cinco membros efetivos, um dos quais será o Presidente com voto de qualidade, e por um ou dois suplentes, conforme o número de membros efetivos seja igual ou superior a três, sendo os mandatos de quatro anos.

Membros do Conselho Fiscal	Data da primeira designação e termo do mandato
José Manuel Oliveira Vitorino (Presidente)	2014-2021
Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira (Vogal Efetivo)	2006-2021
Maria da Graça Torres Ferreira da Cunha Gonçalves (Vogal Efetivo)	2018-2021
Ana Isabel Moraes Nobre de Amaral Marques (Vogal Suplente)	2016-2021



A sociedade considera existir um número de membros do Conselho Fiscal perfeitamente adequado à sua dimensão e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, assegurando com eficiência as funções que lhes estão cometidas. Este juízo de adequação teve em conta em particular as atividades da sociedade e a sua natureza de sociedade *holding*, a estabilidade da estrutura acionista, bem como o conjunto de competências diversificadas e a disponibilidade dos membros do Conselho Fiscal para o desempenho das suas funções, nomeadamente, através da estreita colaboração com os restantes órgãos e comissões da sociedade e o Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas.

32. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do art. 414.º, n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 18.

Os membros do Conselho Fiscal Senhores Dr. José Manuel Oliveira Vitorino (Presidente) e Dr.ª Maria da Graça Torres Ferreira da Cunha Gonçalves são considerados pela Semapa independentes à luz dos critérios previstos do n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais, estando o primeiro a cumprir o seu segundo mandato e a segunda a cumprir o seu primeiro mandato.

Em virtude da designação do Senhor Dr. Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira, na reunião da Assembleia Geral Anual de 24 de maio de 2018, para um quarto mandato como vogal do Conselho Fiscal, o mesmo passou a ser um membro não independente do referido órgão social, conforme resulta da aplicação da al. b) do n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais.

33. Qualificações profissionais, consoante aplicável, de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros elementos curriculares relevantes, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 21.

JOSÉ MANUEL OLIVEIRA VITORINO

José Manuel Vitorino é licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia da Universidade de Lisboa. Qualificado como Revisor Oficial de Contas, bem como no Programa de formação para executivos da Universidade Nova de Lisboa. Foi Professor Assistente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, onde se manteve até 1980, tendo de seguida ingressado na PricewaterhouseCoopers e repartido a sua atividade pelas áreas de auditoria e assessoria financeira, tanto em empresas e grupos nacionais e estrangeiros, como em projetos em que integrou equipas internacionais. Desempenhava há vários anos as funções de Partner quando deixou a PricewaterhouseCoopers em 2013, por atingir o limite de idade na função. Exerceu funções de Presidente do Conselho Fiscal do Novo Banco, S.A. até 2017, e exerce funções de Vogal do Conselho Fiscal da ANA – Aeroportos de Portugal, S.A. É membro do Conselho Fiscal da The Navigator Company desde 2015 e da Semapa e da Secil desde 2016, desempenhando, desde 2018, funções de Presidente desses órgãos de fiscalização.

GONÇALO NUNO PALHA GAIO PICÃO CALDEIRA

Gonçalo Picão Caldeira é licenciado em Direito e esteve inscrito na Ordem dos Advogados em 1991, após a conclusão do estágio profissional de advocacia. É pós-graduado em gestão (MBA – Universidade Nova de Lisboa) e frequentou o curso de Gestão e Avaliação Imobiliária do ISEG. Tem vindo a exercer a atividade de gestão e promoção imobiliária, através de empresas familiares, desde 2004. Antes disso, colaborou com o grupo BCP de 1992 a 1998 e com o grupo Sorel de outubro de 1998 a março de 2002. Foi ainda colaborador da Semapa de abril de 2002 a fevereiro de 2004. É membro do Conselho Fiscal da Semapa desde 2006, e da The Navigator Company e da Secil desde 2007 e 2013, respetivamente.

MARIA DA GRAÇA TORRES FERREIRA DA CUNHA GONÇALVES

Maria da Graça da Cunha Gonçalves licenciou-se em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), em 1978. É qualificada como Técnica Oficial de Contas. Exerceu diversos cargos na Contabilidade Geral, Analítica e Planeamento/Análise Financeira na Magnetic Peripherals Inc. Portugal (Control Data Corporation) até 1985, e de Analista Financeira na Shell Portuguesa, S.A. de 1985 a 1989. De 1989 a 1995 colaborou como CFO na United Distillers Comp. Velha, Lda. e na ITT Automotive Europe GmbH. Exerceu funções de Back Office Director na Pernod Ricard Portugal de 1995 a 2015. É membro do Conselho Fiscal da Semapa, da The Navigator Company e da Secil desde 2018.

B) FUNCIONAMENTO

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 22.

Existe um regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal que se encontra publicado no sítio da sociedade na Internet (https://www.semapa.pt/sites/default/files/participacoes/Regulamento_do_Conselho_Fiscal.pdf), local onde o mesmo pode ser consultado.

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas, consoante aplicável, de cada membro do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 23.

No exercício de 2021, o Conselho Fiscal reuniu vinte e quatro vezes, tendo os membros do mesmo estado presentes em todas as reuniões (presenças físicas ou através de meios telemáticos).

36. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 26.

Os membros do Conselho Fiscal têm a disponibilidade adequada ao desempenho das funções que lhes estão cometidas.

Para além das atividades referidas no ponto 33., os membros do Conselho Fiscal desempenham as funções que se descrevem *infra*:

JOSÉ MANUEL OLIVEIRA VITORINO

Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:
Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa.

Funções exercidas noutras sociedades:

ANA Aeroportos de Portugal, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal
SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal
THE NAVIGATOR COMPANY, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal

GONÇALO NUNO PALHA GAIO PICÃO CALDEIRA

Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:
Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa.

Funções exercidas noutras sociedades:

LINHA DO HORIZONTE – Investimentos Imobiliários, Lda.	Gerente
LOFTMANIA – Gestão Imobiliária, Lda.	Gerente
SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal
THE NAVIGATOR COMPANY, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal

MARIA DA GRAÇA TORRES FERREIRA DA CUNHA GONÇALVES

Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:
Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa.

Funções exercidas noutras sociedades:

SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal
THE NAVIGATOR COMPANY, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal



C) COMPETÊNCIAS E FUNÇÕES

37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao Auditor Externo.

O Conselho Fiscal analisa os serviços distintos de auditoria e as propostas apresentadas pelo Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas para a prestação dos mesmos, que lhe são transmitidas pela administração, procurando salvaguardar, essencialmente, que não é afetada a independência e a isenção do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas necessárias à prestação dos serviços de auditoria e que os serviços adicionais são prestados com elevada qualidade e autonomia.

Refira-se que nesta análise o Conselho Fiscal aplicou as regras previstas no novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015 de 7 de setembro, e seguiu os procedimentos internos instituídos para garantia de que as novas disposições legais são cumpridas.

38. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.

Como referido *supra*, o Conselho Fiscal tem as funções que resultam da lei, nomeadamente as que constam do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como as que constam do Regulamento do Conselho Fiscal, nomeadamente:

- a) Fiscalizar a administração da sociedade incluindo, neste âmbito, avaliar anualmente o orçamento, o funcionamento interno do Conselho de Administração e das suas comissões, bem como o relacionamento entre os vários órgãos e comissões da sociedade;
- b) Vigiar pela observância da lei e do contrato de sociedade;
- c) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- d) Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- e) Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas;
- f) Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- g) Elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela Administração;
- h) Convocar a Assembleia Geral, quando o Presidente da respetiva Mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- i) Avaliar e pronunciar-se sobre as linhas estratégicas e a política de riscos previamente à sua aprovação final pelo órgão de administração;
- j) Fiscalizar e avaliar a eficácia do sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão de risco, *compliance* e auditoria interna, se existentes, propondo os ajustamentos que se mostrem necessários;
- k) Pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços do sistema de controlo interno, incluindo as funções de gestão de risco, *compliance* e auditoria interna, se existentes, podendo propor os ajustamentos que se mostrem necessários;
- l) Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da sociedade ou outros;
- m) Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a eles cometidos e a situação económica da sociedade;

- 
- n) Fiscalizar a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo Conselho de Administração, incluindo a adequação das políticas contábilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada;
 - o) Selecionar as sociedades de revisores oficiais de contas a propor à Assembleia Geral e recomendar justificadamente a preferência por uma delas e propondo a respetiva remuneração; o respetivo processo de seleção deverá ter lugar através de convites dirigidos pela sociedade a sociedades de revisores oficiais de contas identificadas como de referência na prestação de serviços de revisão legal das contas, que, por sua vez, apresentarão as respetivas propostas, sendo as mesmas sujeitas à análise interna da sociedade, de acordo com os seguintes critérios de seleção:
 - i. Qualidade das propostas recebidas;
 - ii. Conhecimento nos setores onde o grupo Semapa opera;
 - iii. Qualidade técnica e senioridade dos profissionais envolvidos nas equipas dos proponentes, e
 - iv. Condições financeiras apresentadas por cada entidade.
 - p) Propor à Assembleia Geral a destituição do Revisor Oficial de Contas ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito;
 - q) Fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da sociedade;
 - r) Atestar se o relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário divulgado inclui os elementos referidos no art.º 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários;
 - s) Fiscalizar a independência do Revisor Oficial de Contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais e avaliar anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas e a sua adequação para o exercício das funções que lhe são atribuídas;
 - t) Emitir parecer prévio e vinculativo sobre o Regulamento sobre Conflitos de Interesses e Transações com Partes Relacionadas a elaborar e aprovar pelo Conselho de Administração, ou, na falta deste regulamento, sobre a definição a efetuar pela administração sobre se as transações que a sociedade efetua com partes relacionadas são realizadas no âmbito da sua atividade corrente e em condições de mercado;
 - u) Emitir, em prazo razoável, parecer prévio sobre quaisquer negócios com partes relacionadas que não sejam realizados no âmbito da atividade corrente da sociedade e em condições de mercado;
 - v) Verificar se as transações com partes relacionadas que a sociedade efetua são realizadas no âmbito da atividade corrente da sociedade e em condições de mercado;
 - w) Acompanhar o processo de preparação e divulgação de informação financeira e apresentar recomendações ou propostas para garantir a sua integridade;
 - x) Fiscalizar a eficácia dos sistemas de controlo de qualidade interno e de gestão do risco e, se aplicável, de auditoria interna, no que respeita ao processo de preparação e divulgação de informação financeira, sem violar a sua independência;
 - y) Acompanhar a revisão legal das contas anuais, individuais e consolidadas, nomeadamente a sua execução;
 - z) Verificar e acompanhar a independência da sociedade de revisores oficiais de contas no exercício da sua atividade de revisão legal de contas ou na prestação de outros serviços legalmente permitidos, nos termos definidos na lei e regulamentação aplicável, nomeadamente através **(i)** da demonstração, aquando do processo de seleção da sociedade de revisores oficiais de contas, que essa sociedade dispõe e tem implementados mecanismos internos que assegurem independência e prevenção de conflitos de interesses; **(ii)** da comprovação regular, por parte da sociedade de revisores oficiais de contas, que os referidos mecanismos internos se mantêm adequados e conformes à legislação e regulamentação aplicável, **(iii)** da obtenção anual de declaração quanto à sua independência; **(iv)** da



comunicação anual dos serviços distintos de auditoria que tenham sido prestados; (v) da proposta fundamentada quanto à eventual prorrogação das funções da sociedade de revisores oficiais de contas, para além do período máximo legal, com a ponderação das respetivas condições de independência e das vantagens e custos associados à sua substituição; (vi) da comunicação da sociedade de revisores oficiais de contas quanto à ultrapassagem do limiar em matéria de honorários, e (vii) da análise conjunta de eventuais ameaças à sua independência e quanto à aplicação de salvaguardas para mitigar as mesmas;

- aa)** Verificar que as propostas relativas à prestação de serviços distintos de auditoria apresentadas pela sociedade de revisores oficiais de contas não se enquadram nos serviços distintos de auditoria não permitidos e assegurar que se verificam os requisitos para a sua prestação, incluindo a avaliação no que respeita à manutenção de independência e de prevenção de conflito de interesses e a adequação aos serviços a prestar; nos termos e para os efeitos previstos nesta alínea não podem ser prestados os serviços distintos de auditoria que como tal não sejam permitidos realizar nos termos da legislação e regulamentação aplicável nesta matéria, nomeadamente no n.º 8, do artigo 77.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro), e
- ab)** Cumprir as demais atribuições constantes da lei ou do contrato de sociedade.

O Conselho Fiscal é ainda o principal interlocutor do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, tendo acesso e conhecimento direto da atividade por este desenvolvida. A sociedade crê que é possível esta ação fiscalizadora direta do Conselho Fiscal, sem interferência do Conselho de Administração, relativamente ao trabalho desenvolvido pelo Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas desde que não saia prejudicado o conhecimento atempado e adequado do órgão de administração, responsável último pelo que se passa na sociedade e pelas demonstrações financeiras, quanto a este mesmo trabalho. Respeitando este princípio, os relatórios do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas são dirigidos ao Conselho Fiscal e discutidos em reuniões conjuntas deste órgão com um membro do Conselho de Administração, onde o Conselho Fiscal informa designadamente sobre os resultados da revisão legal das contas, zelando o Conselho Fiscal para que sejam assegurados dentro da sociedade as condições necessárias para a prestação dos serviços de auditoria. Cabe ainda ao Conselho Fiscal propor e acompanhar, com o apoio dos serviços internos da sociedade, a remuneração do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas.

O Revisor Oficial de Contas colabora ainda com o Conselho Fiscal, no sentido de prestar, de imediato e nos termos legais e regulamentares aplicáveis, informação sobre irregularidades relevantes para o desempenho das funções do Conselho Fiscal que tenha detetado, bem como quaisquer dificuldades com que se tenha deparado no exercício das suas funções.

Nos termos do regulamento do Conselho Fiscal, o Revisor Oficial de Contas e a sociedade mantêm canais de comunicação permanentes e adequados, nomeadamente através da realização de reuniões regulares com a administração, com o Conselho Fiscal e com os serviços e direções com responsabilidades nas matérias em causa e com a consequente discussão e análise de toda a informação que seja pertinente no âmbito do exercício da correspondente atividade.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39. Identificação do Revisor Oficial de Contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa.

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Efetivo: KPMG & Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. representada pelo Senhor Dr. Paulo Alexandre Martins Quintas Paixão (ROC).

Suplente: Senhor Dr. Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC).

40. Indicação do número de anos em que o Revisor Oficial de Contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo.

A KPMG & Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. exerce funções junto da sociedade desde 2018.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade.

A KPMG & Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. prestou à sociedade, para além dos serviços de revisão legal de contas e auditoria, outros serviços permitidos.

V. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do Auditor Externo designado para os efeitos do art. 8.º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM.

O Auditor Externo da sociedade e o seu representante são os referidos no ponto 39., encontrando-se a KPMG & Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. registada junto da CMVM com o número 20161489.

43. Indicação do número de anos em que o Auditor Externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo.

O Auditor Externo é o revisor oficial de contas KPMG & Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada pelo sócio responsável, Senhor Dr. Paulo Alexandre Martins Quintas Paixão (ROC), exercendo ambos funções junto da sociedade desde 2018.

44. Política e periodicidade da rotação do Auditor Externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.

O Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, entrou em vigor em 1 de janeiro de 2016 e veio consagrar um novo regime jurídico aplicável à rotação obrigatória dos revisores oficiais de contas nas sociedades de interesse público, como a Semapa, sendo que anteriormente a sociedade não tinha nenhuma política que impusesse a rotatividade do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas ou do seu representante.

Com a consagração do referido regime jurídico, e considerando que a PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda. tinha atingido os limites temporais máximos para o exercício de funções de revisão oficial de contas, o Conselho Fiscal, no decurso do ano de 2017, desenvolveu, com o apoio das administrações e serviços das empresas do grupo Semapa envolvidas, o processo organizado de seleção do Revisor Oficial de Contas, para o quadriénio 2018-2021, tendo o processo de seleção sido aberto a várias entidades. As propostas apresentadas foram analisadas e avaliadas pelo Conselho Fiscal, com base nos critérios adotados no processo de seleção.

Em resultado do processo de seleção, o Conselho Fiscal recomendou e propôs aos acionistas a designação como Auditor Externo a KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., tendo a referida proposta sido aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral.

45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do Auditor Externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.

No âmbito da sua função fiscalizadora e de revisão dos documentos de prestação de contas da sociedade, o Conselho Fiscal avalia o Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas de forma contínua e em especial no âmbito dos trabalhos preparatórios do seu Relatório e Parecer sobre as contas anuais.

46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo Auditor Externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.

Os serviços prestados pelo Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, distintos dos de auditoria, foram sempre aprovados pelo Conselho Fiscal, obedecendo às normas legais aplicáveis e aos procedimentos internos instituídos para o efeito.

Os referidos serviços consistem essencialmente em serviços de apoio na salvaguarda do cumprimento de obrigações legais ou contratuais permitidos à luz do novo regime legal consagrado pelo novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas em vigor, em Portugal e no estrangeiro, os quais são aprovados pelo Conselho Fiscal. O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal entendem que a contratação pontual de tais serviços é justificada pela experiência acumulada do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas nos setores onde a sociedade atua e pela qualidade do seu trabalho, para além da definição criteriosa do escopo do trabalho solicitado, apoiando-se ainda o Conselho Fiscal na análise e pareceres internos dos serviços.



Na prestação dos serviços de consultoria fiscal e outros que não de auditoria, os nossos auditores têm instituídas exigentes regras internas para garantir a salvaguarda da sua independência, tendo essas regras sido adotadas na prestação destes serviços e objeto de monitorização por parte da sociedade, em especial pelo Conselho Fiscal e pela Comissão de Controlo e Riscos.

47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços:

Serviços	Sociedade		Entidades que integrem o grupo (incluindo a própria sociedade)	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
Valor dos serviços de revisão de contas	23.476,00	59,85%	639.557,00	73,216%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade	15.750,00	40,15%	119.750,00	13,71%
Valor dos serviços de consultoria fiscal	-	-	-	-
Valor de outros serviços que não revisão de contas	-	-	114.250,00	13,08%
Soma:	39.226,00	100,00%	873.557,00	100,00%

Nota:
Valores em Euros

Em 2021, os serviços distintos dos serviços de auditoria faturados à sociedade ou a entidades que com ela mantenham uma relação de domínio pelo Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, incluindo as entidades que com ele se encontram em relação de participação ou que integram a mesma rede, representaram 26,79% do total dos serviços prestados.

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. ESTATUTOS

48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade (art. 245.º-A, n.º 1, al. h)).

Não existem na Semapa quaisquer regras especiais relativas à alteração dos seus estatutos, pelo que se aplica o regime geral que resulta do Código das Sociedades Comerciais.

II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.

Na sociedade vigora um Regulamento Relativo à Comunicação de Irregularidades, que tem como objeto regular a comunicação pelos trabalhadores da sociedade de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio.

Este regulamento consagra o dever geral de comunicação de alegadas irregularidades, indicando o Conselho Fiscal como entidade com competência para as receber, e prevendo também uma solução alternativa na eventualidade de existir conflito de interesses por parte do Conselho Fiscal no âmbito da comunicação em causa.

O Conselho Fiscal, podendo para o efeito socorrer-se da colaboração da Comissão de Controlo e Riscos, deve proceder à averiguação de todos os factos necessários à apreciação da alegada irregularidade. Notamos ainda que, em caso de existência de conflito de interesses quanto à irregularidade alegadamente praticada com um membro do Conselho Fiscal, deve igualmente ser remetida uma cópia da comunicação ao Presidente do Conselho de Administração.

Este processo termina com o arquivamento ou com a apresentação ao Conselho de Administração ou à Comissão Executiva, conforme esteja ou não em causa um titular dos órgãos sociais, de uma proposta de aplicação das medidas mais adequadas face à irregularidade em causa.



O regulamento contém ainda outras disposições, designadamente no sentido de salvaguardar a confidencialidade da comunicação, o tratamento não prejudicial do trabalhador comunicante e a difusão do respetivo regime na sociedade.

Os regulamentos internos dos órgãos e comissões da sociedade preveem igualmente a adoção e o cumprimento do referido regulamento.

O Regulamento Relativo à Comunicação de Irregularidades é de acesso reservado.

Refira-se, ainda a este propósito, que na sociedade vigora um conjunto de Princípios Deontológicos, aprovados pelo Conselho de Administração em 30 de dezembro de 2002, que estabelecem regras e princípios de natureza deontológica aplicáveis aos trabalhadores e aos membros dos órgãos sociais.

São em especial consagrados os deveres de diligência, traduzidos em obrigações concretas de profissionalismo, zelo e responsabilidade, o dever de lealdade, que no âmbito dos princípios de honestidade e integridade visa especialmente precaver situações de conflito de interesses, e o dever de confidencialidade com incidência no tratamento de informação relevante.

São ainda consagrados deveres de responsabilidade social empresarial, nomeadamente de defesa ambiental e de proteção de todos os acionistas, assegurando designadamente o cumprimento de deveres de informação e um tratamento igual e justo.

Os Princípios Deontológicos foram alterados no final de 2018, no sentido de consagrarem expressamente o compromisso de respeitar e promover os Direitos Humanos, bem como o combate ao branqueamento de capitais e à corrupção.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2017, de 16 de agosto, que veio alterar o artigo 127.º do Código do Trabalho, o qual passou por essa via a impor como dever do empregador a adoção de códigos de boa conduta para a prevenção e combate ao assédio no trabalho, sempre que a empresa tenha sete ou mais trabalhadores, entrou em vigor na Semapa, a 1 de outubro de 2017, um Código de Boa Conduta, que consagra regras específicas com o objetivo de reforçar a prevenção e combate de todo e qualquer tipo de assédio no local de trabalho, sem prejuízo de outras normas de conduta aplicáveis aos mesmos.

III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

Embora a sociedade não possua serviços estruturados de forma independente para a auditoria interna, o controlo interno – que compreende as funções de gestão de riscos e *compliance* – na sociedade é efetuado pelo Conselho de Administração e através de uma comissão interna com funções específicas nesta área – a Comissão de Controlo e Riscos – cabendo a avaliação e fiscalização do sistema de controlo interno, incluindo a verificação da eficácia do mesmo, ao Conselho Fiscal e ao Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas e devendo igualmente qualquer um desses órgãos e bem assim a Comissão de Controlo e Riscos, identificar e propor as alterações que se mostrarem necessárias. O Conselho Fiscal tem conhecimento e oportunidade de se pronunciar sobre a atividade desenvolvida neste âmbito pela Comissão de Controlo e Riscos e pelas várias Direções da Semapa, sobre os recursos afetos aos serviços do sistema de controlo interno, podendo propor, neste âmbito, os ajustamentos que se mostrem necessários, sendo destinatário, quando existam, dos relatórios ou pareceres realizados por estes serviços quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades e irregularidades.

Adicionalmente, o universo empresarial que representa a grande maioria dos trabalhadores do grupo e que é relativo às principais Participadas da *holding*, The Navigator Company e Secil, está abrangido por sistemas de auditoria próprios com unidades orgânicas específicas para o efeito, pelo que considera a sociedade que os referidos sistemas de controlo interno, concretizados pelos referidos órgãos e Comissões, estão estruturados em termos plenamente adequados às especificidades e dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade.

Assim, a inexistência de serviços com funções exclusivas nesta área é uma opção que fica a dever-se à estrutura administrativa simplificada da Semapa enquanto sociedade *holding* e à forma como o controlo de riscos é feita no grupo em que está inserida.



51. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.

As relações de dependência funcional constam do organograma do ponto 21. deste relatório, estando as funções dos órgãos e comissões com relevância nesta matéria melhor descritas no ponto 54.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

Não existem outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.

O dinamismo do contexto em que o Grupo opera obriga ao acompanhamento permanente dos principais fatores que influenciam a sua atividade, internos e externos, e que constituem desafios constantes ao cumprimento dos seus planos e objetivos estratégicos. Enquanto agente económico, a Semapa está exposta a riscos inerentes à sua atividade, que podem impactar de forma determinante o valor dos seus ativos. O desempenho da Semapa enquanto Sociedade Gestora de Participações Sociais (SGPS) está igualmente intimamente ligado aos resultados das suas participadas.

A Semapa promove um clima de autonomia e responsabilização das empresas suas Participadas, o que se traduz na exposição a um conjunto de riscos que impactam não só cada uma das empresas, mas podem também propagar-se à Semapa e restantes empresas do Grupo.

O capítulo 4 do Relatório de Gestão apresenta uma análise desenvolvida de todos os riscos de natureza estratégica, e o capítulo 11 das notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas apresenta uma análise desenvolvida de todos os riscos de natureza operacional, incluindo os económicos e jurídicos. Já os riscos de natureza financeira encontram-se identificados no capítulo 8.1 das notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Os riscos de natureza estratégica incluem o risco de portefólio, o risco de negócio, o risco de capital reputacional, risco de tomada de decisão de investimento, o risco relativo ao talento, o risco relativo ao quadro legal e regulatório em Portugal, o risco de choque externo, o risco de fraude, o risco de acesso a matéria-prima, o risco de cibersegurança e o risco de catástrofes ambientais.

Os riscos de natureza operacional incluem, designadamente, o risco de abastecimento de matérias-primas, o risco de preço de venda, o risco de procura dos produtos, o risco de concorrência, o risco de concentração da carteira de clientes, o risco ambiental e o risco de custos energéticos.

Os riscos de natureza financeira incluem o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Os referidos riscos de natureza estratégica da Semapa e do grupo, identificados em resultado do trabalho iniciado em 2018 e que tem vindo a ser consolidado desde 2019, encontram-se devidamente mapeados e amplamente descritos no referido capítulo 4 do Relatório de Gestão, sendo monitorizados ao longo do ano e objeto de um relatório de risco aprovado anualmente pelo Conselho de Administração.

Do referido relatório de risco resulta, nomeadamente, uma efetiva identificação e caracterização dos principais riscos a que a sociedade e o grupo se encontram sujeitos, os vários contextos de risco em que cada sociedade opera (global, regional, nacional e interno), as métricas para a avaliação de impacto e a probabilidade de ocorrência dos mesmos, os procedimentos de monitorização e acompanhamento dos riscos e, bem assim, as medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação, com a aprovação de um plano de atividades e medidas concretas a implementar, respeitante ao exercício subsequente.

Tendo o ano de 2020 ficado indubitavelmente marcado pela ocorrência e consequências da pandemia Covid-19, enquadrado no sistema de gestão e acompanhamento dos riscos estratégicos como risco de choque externo, o ano de 2021 decorreu igualmente em contexto pandémico. As operações do Grupo foram também impactadas pela pandemia, tendo existido um significativo esforço, tanto da Semapa como das suas Participadas, de adaptação dos seus processos internos e de relação com o exterior. Foram mantidos ativos os Planos de contingência existentes nas diversas unidades industriais do Grupo, fator que permitiu que as operações se mantivessem em funcionamento neste contexto adverso.



Ao nível de *Governance* foi assim mantido, durante o primeiro semestre de 2021, o Gabinete de Gestão de Crise, criado em 2020 com o início da pandemia Covid-19, com o objetivo de acompanhar, antecipar e mitigar os seus impactos nas diversas empresas e sites industriais do Grupo. Mantiveram-se assim ativos durante este período os quatro Grupos de Acompanhamento: **i)** Preservação da Saúde dos Colaboradores e Contenção da Pandemia, **ii)** Comunicação, **iii)** Evolução do Negócio e Planos de Continuidade e **iv)** Plano Financeiro (de contingência). Durante o segundo semestre de 2021 apenas se mantiveram ativos os Grupos de Acompanhamento de **i)** Preservação da Saúde dos Colaboradores e Contenção da Pandemia e de **ii)** Comunicação.

Adicionalmente, em virtude do recente conflito geopolítico entre a Rússia e a Ucrânia, que configura um choque externo potencialmente relevante, é expectável uma degradação do contexto económico e social a nível internacional, com especial incidência na Europa. Apesar da exposição direta do Grupo aos mercados ucraniano e russo ser reduzida, existe ainda incerteza relativamente aos impactos que este novo contexto possa vir a produzir nas operações do Grupo.

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.

No que respeita à gestão dos riscos considerados estratégicos, a Semapa tem vindo a consolidar o seu sistema de gestão e controlo de riscos desenhado com base nas melhores práticas e referências metodológicas como o COSO e a ISO 31000 que dá seguimento às recomendações do Código de Governo das Sociedades emitido pelo IPCG e CMVM.

O Grupo desenvolve o seu modelo de acompanhamento anual de risco por meio da recolha, preenchimento, discussão e aprovação das fichas individuais de cada risco, as quais incluem a identificação e acompanhamento da evolução das medidas de mitigação existentes. Adicionalmente, desenhou indicadores de risco (*Key Risk Indicators*) para permitir a sua monitorização atempada bem como a antecipação de eventos que possam causar disrupções significativas.

Neste contexto, a política de assunção de riscos aprovada pelo Conselho de Administração da Semapa define qualitativamente o nível de risco que a Semapa está disposta a aceitar para alcançar os objetivos e estratégia de negócio, e encontra-se alinhada com os principais tópicos materiais para a Semapa, garantindo a consistência do sistema de gestão e controlo de riscos.

O modelo de governo definido em matéria de acompanhamento e gestão do risco encontra-se ajustado à estrutura da Semapa, definindo os focos de atuação e a atribuição de responsabilidade aos diferentes intervenientes no sistema de gestão de riscos.

Assim, a identificação dos principais riscos e a definição da estratégia global de risco é da responsabilidade do Conselho de Administração cabendo a sua supervisão ao Conselho Fiscal. A Comissão de Controlo e Riscos – que tem as funções e competências referidas nos pontos 21. e 29. – é responsável pela deteção, controlo, gestão e monitorização de todos os riscos relevantes na atividade da sociedade, em especial dos riscos jurídicos e financeiros, através do sistema *supra* mencionado que permite promover, acompanhar e avaliar o quadro de risco e as medidas existentes e necessárias à sua mitigação.

Ainda na vertente interna, para além da relevância nesta área das funções desempenhadas pelo Conselho Fiscal, o controlo de riscos assume particular relevância a nível das principais dominadas, onde é diferente a natureza dos riscos e a exposição das sociedades, que dispõem por isso de sistemas próprios e independentes de controlo dos riscos a que estão sujeitas.

A auditoria externa foi realizada na Semapa e nas sociedades por si dominadas, até ao final do ano de 2021, pela KPMG & Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.. O Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas da sociedade verificam, designadamente, a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, bem como a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno através dos elementos que lhe são facultados pela sociedade, em especial pela Comissão de Remunerações e pela Comissão de Controlo e Riscos. As conclusões das verificações efetuadas são reportadas pelo Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas ao Conselho Fiscal que, sendo caso disso, reporta as deficiências encontradas.

Os sistemas de controlo interno implementados, incluindo a função de gestão de risco, têm-se demonstrado eficazes, não se tendo verificado situações que não tivessem sido devidamente acauteladas ou expressamente assumidas previamente como riscos controlados. Como referido acima, o Conselho de Administração, para além das competências próprias nesta matéria, e por forma a salvaguardar a não assunção excessiva de riscos pela sociedade, criou a Comissão de Controlo e Riscos, comissão esta que, de acordo com as atribuições por ele definidas, está incumbida de assegurar o controlo interno e a gestão de riscos.



Por seu turno, o Conselho Fiscal é responsável por fiscalizar e avaliar anualmente a eficácia do próprio sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão de risco e *compliance*, propondo ajustamentos ao sistema existente sempre que se justifiquem, e estando a Comissão de Controlo e Riscos incumbida de implementar tais ajustamentos. Por fim, importa referir que este sistema é sempre acompanhado e controlado pelo Conselho de Administração, como responsável último pelos atos praticados no âmbito da sociedade.

Neste âmbito, a sociedade procedeu à aprovação do Sistema de Gestão de Riscos (Política de Risco), em reunião do Conselho de Administração realizada no início de 2019. Este sistema, que se concretiza num Relatório de Risco anual, fixa, nomeadamente, os objetivos e limites em matéria de assunção de riscos e identifica os índices de probabilidade e impacto relativamente aos mesmos e de onde resulta a avaliação do grau de cumprimento interno e o desempenho da função de gestão de riscos, bem como a perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido, assim como os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação, mais prevendo os procedimentos de monitorização, tendo em vista o seu acompanhamento. O Relatório de Risco respeitante ao ano de 2020 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração ocorrida em abril de 2021, devendo o Relatório de Risco respeitante ao ano de 2021 ser aprovado na data de aprovação do presente Relatório, estando o respetivo conteúdo descrito no ponto 53. *supra*.

O Conselho Fiscal, que desempenha um papel especialmente preponderante nesta área, com todas as atribuições que resultam diretamente da lei e do Regulamento do Conselho Fiscal, tomou conhecimento, pronunciou-se e avaliou a referida Política de Risco e, bem assim, tem vindo a acompanhar, nomeadamente em reuniões do Conselho Fiscal com a Comissão de Controlo e Risco e a Comissão Executiva, realizadas ao longo do exercício, os trabalhos de monitorização desses riscos, até à emissão do respetivo Relatório de Risco anual.

Relativamente às linhas estratégicas, o Conselho Fiscal procedeu à sua avaliação em 2019. Desde então o Conselho de Administração não aprovou novas linhas estratégicas, sendo que, aquando da aprovação de novas linhas estratégicas o Conselho Fiscal irá avaliar e pronunciar-se sobre as mesmas previamente à sua aprovação final pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal acompanhou ainda o desenvolvimento dos trabalhos realizados pela Comissão de Controlo e Riscos no decurso de 2021. Neste âmbito, o Conselho Fiscal em articulação com a Comissão de Controlo e Riscos e, sempre que necessário, com as direções da sociedade, tem vindo a implementar mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração. Os referidos procedimentos correspondem a (i) reuniões regulares com os demais órgãos sociais e comissões com competências nesta matéria, em especial para apreciar os resultados e fiabilidade do modelo de acompanhamento dos riscos, para discutir e monitorizar o modelo e os *Key Risk Indicators* e as fichas de risco, tendo algumas destas reuniões a presença da consultora externa que auxilia a Semapa neste processo, e (ii) a interações com os vários envolvidos do sistema de gestão de risco através da solicitação de verificações e esclarecimentos sempre que necessários e adequados.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (art. 245.º-A, n.º 1, al. m)).

A divulgação da informação financeira é da responsabilidade do responsável pelas relações com o mercado, cabendo previamente, se aplicável, ao Conselho Fiscal, à Comissão de Controlo e Riscos e ao Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas avaliar a qualidade, fiabilidade e integridade da informação financeira aprovada pelo Conselho de Administração da sociedade e preparada pelas direções Financeira e de Contabilidade e Impostos.

O processo de preparação da informação financeira está sujeito a um sistema de controlo interno e regras, que têm como objetivo garantir uma adequada e consistente aplicação das políticas contabilísticas adotadas pela sociedade, bem como a razoabilidade das estimativas e julgamentos utilizados na preparação dessa informação.

No que respeita aos mecanismos de controlo interno associados ao processo de divulgação da informação financeira, a sociedade tem implementadas regras que visam garantir a tempestividade das divulgações a efetuar e mitigar o risco de assimetrias nas informações disponibilizadas ao mercado.

IV. APOIO AO INVESTIDOR

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto.

O serviço de apoio ao investidor funciona num gabinete sob a responsabilidade da Diretora Financeira da sociedade, Senhora Dr.ª Susana Coutinho, que dispõe de colaboradores e de acesso em tempo útil a todos os órgãos sociais, comissões e direções da sociedade e, quando necessário e de acordo com os procedimentos estabelecidos e os limites previstos na lei, das sociedades do grupo, por forma a garantir, por um lado, a eficácia necessária na resposta às solicitações e, por outro, a produção, tratamento e transmissão de informação pertinente aos acionistas, investidores e demais *stakeholders*, aos analistas financeiros e ao mercado em geral, de forma atempada, rigorosa, adequada e sem desigualdades, nos termos legais e regulamentares aplicáveis.

A Senhora Dr.ª Susana Coutinho pode ser contactada através do endereço eletrónico investors@semapa.pt ou através dos contactos telefónicos gerais da sociedade (+351 21 318 47 00). Por este meio, é possível ter acesso a toda a informação pública relativa à sociedade. Nota-se, de qualquer forma, que a informação mais usualmente solicitada pelos investidores está disponível no sítio da sociedade na Internet em www.semapa.pt, e respeita essencialmente a informação relativa ao grupo Semapa, à atividade da sociedade, ao governo societário e à informação financeira.

57. Representante para as relações com o mercado.

O representante da sociedade para as relações com o mercado é a Senhora Dr.ª Susana Coutinho.

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.

A Semapa recebe vários tipos de pedidos de informação, aos quais habitualmente responde nas 24 horas subsequentes à receção do pedido, sem prejuízo de alguns dos pedidos, pela sua amplitude, abrangência ou complexidade, necessitarem obrigatoriamente de um prazo mais alongado de resposta. Existem também períodos do ano em que a Semapa recebe maior solicitação de pedidos, designadamente nos períodos que antecedem a realização de Assembleias Gerais e o pagamento de dividendos, onde poderá ocorrer uma dilatação pontual dos prazos de resposta. Não existem pedidos de informação pendentes de anos anteriores.

V. SÍTIO DE INTERNET (59 A 65)

Descritivo	Endereço da página na Internet
59. Site Semapa	https://www.semapa.pt
60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.	https://www.semapa.pt/index.php/pt-pt/frmcontacto
61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.	https://www.semapa.pt/index.php/pt-pt/investidores/governo/estatutos
62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso.	https://www.semapa.pt/index.php/pt-pt/investidores/governo/os https://www.semapa.pt/pt-pt/frmcontacto
63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da Assembleia Geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais.	https://www.semapa.pt/index.php/pt-pt/investidores/informacao/demonstracoes https://www.semapa.pt/pt-pt/investidores/calendario
64. Local onde são divulgadas a convocatória para a reunião da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.	https://www.semapa.pt/index.php/pt-pt/investidores/assembleia/ags/AG2021-04-30
65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das Assembleias Gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.	https://www.semapa.pt/index.php/pt-pt/investidores/assembleias



D. REMUNERAÇÕES E RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES

A Semapa optou, nos termos do n.º 8 do artigo 26º-G do Código dos Valores Mobiliários, por integrar neste capítulo do Relatório do Governo Societário o Relatório sobre Remunerações dos órgãos de administração e fiscalização da Semapa, incluindo, assim, nos pontos pertinentes deste capítulo a informação necessária para dar cumprimento ao referido preceito legal.

I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.

O órgão competente para determinar a remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é a Comissão de Remunerações.

Relativamente aos dirigentes da sociedade, essa competência pertence ao Conselho de Administração.

II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.

A Comissão de Remunerações é composta pelos Senhores Dr. José Gonçalo Ferreira Maury, Eng.º João Rodrigo Appleton Moreira Rato e Dr. João do Passo Vicente Ribeiro, e não dispõe de pessoas contratadas para a auxiliar. A sociedade pode indicar livremente a contratação dos serviços que se mostrem necessários ou convenientes, dentro dos limites orçamentais da sociedade, direito que já exerceu no passado, devendo, nesse caso, assegurar que os serviços são prestados com independência e que os respetivos prestadores não são contratados para a prestação de outros serviços à própria sociedade ou outras que se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem autorização expressa da comissão. A sociedade considera que a composição da Comissão de Remunerações assegura a sua independência em face à administração, porquanto todos os seus membros são independentes.

No que respeita ao Senhor Dr. José Maury, cessou em 2014 o exercício de funções na Egon Zehnder, empresa especializada em recursos humanos e com a qual a Semapa e outras sociedades relacionadas tiveram ao longo dos anos alguns processos de contratação. Pelo afastamento temporal a que se fez referência, entendemos que não foi posta em causa a independência deste membro da Comissão.

Na sociedade, a Comissão de Remunerações presta todas as informações ou esclarecimentos aos acionistas nas respetivas Assembleias Gerais Anuais ou em quaisquer outras Assembleias Gerais se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença for requerida pelos acionistas, fazendo-o através da presença de, pelo menos, um dos seus membros. Foi o que sucedeu na Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2021, na qual estiveram presentes, através de meios telemáticos, todos os seus membros.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.

Um dos membros da Comissão de Remunerações, o Senhor Dr. José Maury, tem vastos conhecimentos e experiência em matéria de política de remunerações, tendo sido durante vários anos sócio da sociedade Egon Zehnder, que tem larga experiência e é líder em recrutamento de executivos, e sendo orador sobre temas remuneratórios em várias formações, o que envolve profundo e permanentemente atualizado conhecimento dos processos e critérios de avaliação e dos pacotes remuneratórios associados.

III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho¹⁶.

A política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização (“Política de Remuneração”) relativa ao exercício de 2021, elaborada pela Comissão de Remunerações, foi aprovada na Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2021 para o período de 2021 a 2024, e corresponde ao Anexo II deste Relatório, não existindo quaisquer afastamentos do procedimento de aplicação da política de remuneração aprovada ou derrogações à mesma.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

A forma como foi estruturada a remuneração dos órgãos sociais e como foi baseada a avaliação do desempenho da administração executiva em 2021 respeitou o modelo e os princípios – *funções desempenhadas, situação económica da sociedade e critérios de mercado* – constantes da Política de Remuneração dos membros do órgão de administração e fiscalização da Semapa em vigor, designadamente dos capítulos III, IV e V, para os quais se remete. No ponto 24. *supra* está descrito o processo e os órgãos que intervêm na avaliação de desempenho dos administradores executivos.

O sistema remuneratório em vigor na Semapa assegura a sua estratégia empresarial e bem assim, a longo prazo, do alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses da sociedade e da sua sustentabilidade, em especial, por ser uma remuneração que se procura justa e equitativa no âmbito dos princípios enunciados e por associar os membros do órgão de administração aos resultados através de uma componente variável da remuneração que tem nos resultados o fator preponderante mas também leva em conta competências comportamentais de cada administrador como sejam o seu alinhamento com os interesses de longo prazo da sociedade e da sua sustentabilidade.

Relativamente às componentes da remuneração: (i) a remuneração dos membros do Conselho de Administração é constituída por uma componente fixa, correspondente a um valor anual, pagável ao longo do ano, e, para os Administradores Executivos, incorpora também uma componente variável que pode corresponder a uma percentagem não superior a cinco por cento do resultado líquido do exercício anterior de acordo com os estatutos da sociedade, (ii) a remuneração dos membros do Conselho Fiscal corresponde a um valor fixo anual, pagável ao longo do ano, e (iii) a remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral consiste apenas numa quantia fixa determinada em função das reuniões efetivamente ocorridas.

No tocante à componente variável da remuneração dos administradores executivos, esta tem por base um valor *target* aplicável a cada administrador e que é devido em condições de desempenho do próprio e da sociedade que correspondam às expectativas e aos objetivos previamente fixados. Este valor *target* é definido ponderando os princípios acima referidos – mercado, funções concretas, situação da sociedade –, com destaque para situações comparáveis de mercado em funções de relevância equivalente. As ponderações do desempenho efetivo face às expectativas e objetivos, que determinam a variação em relação ao *target*, têm por base um conjunto de KPIs, como referido no ponto 25. *supra*, quantitativos e qualitativos, relacionados com o desempenho da sociedade (indicadores gerais de negócio) e do administrador em causa (objetivos específicos e indicadores comportamentais). Dentro dos indicadores gerais de negócio relevam especialmente o EBITDA, os resultados líquidos, o *cash flow* e o *Total Shareholder Return vs Pares*, e nas competências comportamentais releva o alinhamento de cada administrador com os interesses de longo prazo e de sustentabilidade da sociedade. Com este sistema, consegue-se garantir na Semapa a inexistência de remunerações variáveis discricionárias.

Para além do limite estatutário à participação da administração nos lucros do exercício, existem também na sociedade mecanismos de limitação da remuneração variável: (i) a componente variável é eliminada no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração considerada relevante do desempenho da empresa no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso, e (ii) o montante da componente variável atribuível tem um *cap* definido por forma a prevenir que o bom desempenho num momento, com vantagens remuneratórias imediatas para a administração, seja feito em sacrifício de um bom desempenho futuro. Face ao exposto, resulta claro que os critérios para a atribuição da remuneração contribuem para a concretização da estratégia definida pela Semapa, bem como para os interesses de longo prazo e para a sustentabilidade da sociedade.

¹⁶ Esta matéria encontra-se atualmente regulada nos artigos 26º-A e seguintes do Código dos Valores Mobiliários.



Embora não exista na sociedade qualquer mecanismo remuneratório independente com o objetivo específico de desincentivar a assunção excessiva de riscos, a Semapa não integra nos objetivos de desempenho dos administradores quaisquer objetivos específicos que promovam o risco excessivo nem tem instituído qualquer mecanismo que permita pagamentos antecipados de remunerações futuras. O risco é uma característica inerente a qualquer ato de gestão e, como tal, inevitável e permanentemente objeto de ponderação em qualquer decisão da administração. A sua avaliação qualitativa ou quantitativa como boa ou má não pode ser efetuada de forma isolada em si mesma, mas apenas no seu resultado no desempenho da sociedade ao longo do tempo, confundindo-se assim com os interesses de longo prazo, e beneficiando por isso com os incentivos ao alinhamento geral de longo prazo e sustentabilidade acima referidos.

71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.

A remuneração dos administradores executivos integra uma componente variável que depende da avaliação de desempenho, nos termos descritos no ponto anterior e na Política de Remuneração, em especial nos pontos 3. e 7. do seu capítulo IV. No ponto 24. *supra* está descrito o processo e os órgãos que intervêm na avaliação de desempenho dos administradores executivos.

A componente individual e qualitativa da avaliação de desempenho teve, no exercício de 2021, um impacto de 35% nessa componente da remuneração.

Relativamente aos administradores não executivos, refira-se que apesar de ser apenas composta por uma parte fixa, a mesma poderá ser diferenciada em virtude da acumulação de funções e de responsabilidades acrescidas, nomeadamente através do desempenho de funções em comissões ou comités especializados.

Para além do limite estatutário à participação da administração nos lucros do exercício, não existem outros limites máximos de remuneração e não está instituído qualquer mecanismo que permita à sociedade solicitar a restituição de remuneração variável paga.

Já a remuneração dos membros do Conselho Fiscal não inclui nenhuma componente variável.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.

Na sociedade não existe diferimento do pagamento da componente variável da remuneração.

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações, bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.

Na Semapa, a remuneração variável não tem qualquer componente em ações.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.

Na Semapa, a remuneração variável não tem qualquer componente em opções.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários.

Os critérios que pautam a fixação dos prémios anuais são os referentes à remuneração variável descritos no ponto 7. do capítulo IV da Política de Remuneração, e no ponto 25. e 70, *supra*.

Para além da componente variável que possa vir a ser atribuída aos membros dos órgãos de administração executiva, não são atribuídos aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização outros benefícios não pecuniários, sem prejuízo dos meios colocados à disposição dos mesmos para o exercício das suas funções e de um seguro de saúde e acidentes pessoais em linha com as práticas de mercado.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em Assembleia Geral, em termos individuais.

Na sociedade não existem atualmente regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores. Não obstante, o Senhor Eng.º Frederico José da Cunha Mendonça e Meneses recebe uma pensão mensal por ter exercido uma opção no âmbito da extinção de um regime de pensões para administradores que existia no passado.

É esta a única pensão atualmente a ser paga pela Semapa. Trata-se de uma pensão mensal vitalícia, paga 12 vezes por ano, relativamente à qual está prevista (i) a transmissibilidade de metade do seu valor ao cônjuge sobrevivente ou filhos menores ou incapazes e (ii) a obrigatoriedade de deduzir ao valor da pensão, quer o montante de serviços remunerados que venham a ser prestados posteriormente à Semapa ou a sociedades dominadas, quer o valor das pensões que o beneficiário tenha direito a receber de um sistema público de Segurança Social e respeitem ao mesmo período de serviço. O montante da responsabilidade da Semapa com esta pensão é, em 31 de dezembro de 2021, de 794.744 Euros, conforme referido na Nota 7.3 às Demonstrações Financeiras Consolidadas e na Nota 7.2 às Demonstrações Financeiras Separadas.

IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.

Indica-se abaixo o montante da remuneração auferida no ano de 2021, sendo que a remuneração variável foi paga em 2021 mas diz respeito ao desempenho de 2020, pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da Semapa, com distinção entre remuneração fixa e variável, e percentagens relativas, mas sem distinguir as diferentes componentes que deram origem à remuneração variável, porque a componente variável é definida como um todo, ponderando os elementos explicados na Política de Remuneração, sem identificação de componentes.

Conselho de Administração	Remuneração Fixa		Remuneração Variável	
	Montante	Percentagem relativa	Montante	Percentagem relativa
Comissão Executiva				
João Nuno de Sottomayor Pinto de Castello Branco	925.763,13	54,61%	769.537,08	45,39%
Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires	315.969,50	35,03%	586.133,40	64,97%
Vítor Paulo Paranhos Pereira	315.969,50	35,18%	582.159,05	64,82%
Subtotal	1.557.702,13	-	1.937.829,53	-
Administradores Não Executivos				
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	128.305,13	100%	-	-
Carlos Eduardo Coelho Alves	77.825,00	100%	-	-
Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	77.825,00	100%	-	-
Francisco José de Melo e Castro Guedes	77.825,00	100%	-	-
José Antônio do Prado Fay	400.020,50	100%	-	-
Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	77.825,00	100%	-	-
Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	77.825,00	100%	-	-
Vítor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves	77.825,00	100%	-	-
Subtotal	995.275,63	-	-	-
Total	2.552.977,76	-	1.937.829,53	-

Nota:
Valores em Euros

No quadro *supra* foi indicado o montante anual correspondente ao período em que os membros do Conselho de Administração exerceram funções.



Nas tabelas abaixo encontram-se discriminadas, para efeitos da alínea c) do n.º 2 do Artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários, as variações anuais, nos últimos cinco exercícios, da remuneração paga individualmente pela sociedade aos membros do Conselho de Administração, assim como das remunerações médias dos colaboradores em termos equivalentes a tempo inteiro da sociedade, bem como os indicadores de desempenho da sociedade verificados:

Conselho de Administração		2017	2018	2019	2020	2021
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	Remuneração Fixa	128.305	128.305	128.305	128.305	128.305
	Variação em %	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Carlos Eduardo Coelho Alves	Remuneração Fixa	77.825	77.825	77.825	77.825	77.825
	Variação em %	-14,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	Remuneração Fixa	-	47.467	77.825	77.825	77.825
	Variação em %	-	-	64,0%	0,0%	0,0%
Francisco José Melo e Castro Guedes	Remuneração Fixa	77.825	77.825	77.825	77.825	77.825
	Variação em %	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Heinz-Peter Elstrodt	Remuneração Fixa	-	-	347.414	275.149	-
	Variação em %	-	-	-	-20,8%	-
João Nuno de Sottomayor Pinto de Castello Branco	Remuneração Fixa	749.950	761.199	761.199	761.199	925.763
	Remuneração Variável	718.595	662.411	688.623	546.953	769.537
	Variação em %	31,0%	-3,1%	1,8%	-9,8%	29,6%
José Antônio do Prado Fay	Remuneração Fixa	-	78.260	128.816	243.524	400.021
	Variação em %	-	-	64,6%	89,0%	64,3%
José Miguel Pereira Gens Paredes	Remuneração Fixa	311.300	315.970	315.970	129.817	-
	Remuneração Variável	540.442	564.464	567.864	381.541	-
	Variação em %	-0,6%	3,4%	0,4%	-42,1%	-
Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	Remuneração Fixa	-	47.467	77.825	77.825	77.825
	Variação em %	-	-	64,0%	0,0%	0,0%
Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	Remuneração Fixa	-	47.467	77.825	77.825	77.825
	Variação em %	-	-	64,0%	0,0%	0,0%
Manuel Custódio de Oliveira	Remuneração Fixa	128.305	45.338	-	-	-
	Variação em %	0,0%	-64,7%	-	-	-
Paulo Miguel Garcês Ventura	Remuneração Fixa	311.300	315.970	192.013	-	-
	Remuneração Variável	504.644	541.667	512.811	143.449	-
	Variação em %	-2,8%	5,1%	-17,8%	-79,6%	-
Pedro Mendonça de Queiroz Pereira	Remuneração Fixa	430.308	344.576	-	-	-
	Remuneração Variável	894.198	922.866	-	-	-
	Variação em %	0,7%	-4,3%	-	-	-
Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires	Remuneração Fixa	279.463	295.381	315.970	315.970	315.970
	Remuneração Variável	499.937	535.403	557.560	462.202	586.133
	Variação em %	0,5%	6,6%	5,1%	-10,9%	15,9%
Vitor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves	Remuneração Fixa	77.825	77.825	77.825	77.825	77.825
	Variação em %	-4,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Vitor Paulo Paranhos Pereira*	Remuneração Fixa	128.305	128.305	128.305	289.445	315.970
	Remuneração Variável	-	-	-	-	582.159
	Variação em %	0,0%	0,0%	0,0%	125,6%	210,3%

Nota:

Valores em Euros

* Vitor Paulo Paranhos Pereira iniciou funções executivas em 1 de março 2020.

Colaboradores da Sociedade		2017	2018	2019	2020	2021
Remuneração Total	Remuneração média	80.379	77.100	85.744	66.243	77.188
	Variação em %	3,7%	-4,1%	11,2%	-22,7%	16,5%

Nota:
Valores em Euros

Desempenho do Grupo		2017	2018	2019	2020	2021
EBITDA	Milhões de Euros	500,7	548,5	486,8	419,3	508,7
	Variação em %	2,4%	9,5%	-11,2%	-13,9%	21,3%
EPS (Resultados por Ação)	Euros/ação	1,538	1,643	1,540	1,333	2,481
	Variação em %	8,5%	6,8%	-6,3%	-13,4%	86,1%

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

Importa esclarecer que os montantes a que se refere este número não dizem apenas respeito a sociedades dominadas pela Semapa. Estão igualmente compreendidos valores a que a Semapa e os seus órgãos sociais são alheios, por dizerem respeito a acionistas seus, a acionistas de acionistas e a outras sociedades controladas por acionistas, desde que haja relações de domínio.

Auferiram remunerações noutras sociedades em relação de domínio ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum, os Administradores Senhores, Dr.^a Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira (70.750,00 Euros), Eng. José Antônio do Prado Fay (100.000,03 Euros), D.^a Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira (70.750,00 Euros), D.^a Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira (70.750,00 Euros) e Dr. Vítor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves (98.000,00 Euros). Esclarece-se que os membros do Conselho de Administração não auferiram remunerações noutras sociedades em relação de grupo.

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos.

O montante da remuneração paga pela Semapa sob a forma de participação nos lucros e/ou pagamento de prémios corresponde à remuneração variável constante do ponto 77. deste relatório, tendo tais montantes sido fixados com base na aplicação concreta pela Comissão de Remunerações dos critérios descritos no ponto 7. do capítulo IV da Política de Remuneração.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Não foram pagas durante o exercício, não são devidas, nem estão previstas quaisquer indemnizações a ex-administradores executivos pela cessação de funções.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da sociedade, para efeitos da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

Conselho Fiscal	Remuneração Fixa		Remuneração Variável	
	Montante	Percentagem relativa	Montante	Percentagem relativa
José Manuel Oliveira Vitorino	22.000,00	100%	-	-
Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira	15.999,97	100%	-	-
Maria da Graça Torres Ferreira da Cunha Gonçalves	15.999,97	100%	-	-
Total	53.999,94	-	-	-

Nota:
Valores em Euros



Na tabela abaixo encontra-se discriminada, para efeitos da alínea c) do n.º 2 do Artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários, a variação anual, nos últimos cinco exercícios, da remuneração paga individualmente pela sociedade aos membros do Conselho Fiscal:

Conselho Fiscal		2017	2018	2019	2020	2021
José Manuel Oliveira Vitorino	Remuneração Fixa	16.000	20.304	22.000	22.000	22.000
	Variação em %	4,0%	26,9%	8,4%	0,0%	0,0%
Gonçalo Nuno Palha Gaió Picão Caldeira	Remuneração Fixa	16.000	16.000	16.000	16.000	16.000
	Variação em %	4,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Maria da Graça Torres Ferreira da Cunha Gonçalves	Remuneração Fixa	-	9.759	16.000	16.000	16.000
	Variação em %	-	-	64,0%	0,0%	0,0%
Miguel Camargo de Sousa Eiró*	Remuneração Fixa	22.000	13.369	-	-	-
	Variação em %	3,4%	-39,2%	-	-	-

Nota:

Valores em Euros

*Miguel Camargo de Sousa Eiró cessou funções em 2018.

82. Indicação da remuneração no ano de referência do Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Durante o exercício de 2021, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral auferiu uma remuneração fixa no montante de 3.000 Euros.

V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.

Não existe na Semapa nenhum contrato com administradores que limite ou de outra forma altere o regime legal supletivo para os casos de cessação de funções, com ou sem justa causa, prevendo-se na Política de Remuneração que, em caso de cessação de funções dos administradores, aplicar-se-á o regime legal supletivo nesta matéria.

Assim, considerando a ausência de contratos individuais com administradores neste âmbito e o previsto na Política de Remuneração, no caso de destituição que não decorra de violação grave de deveres do administrador nem de inaptidão para o exercício normal das respetivas funções, a sociedade estará obrigada a pagar uma indemnização nos termos gerais de direito, sem que a mesma possa exceder o montante das remunerações que presumivelmente receberia até ao final do período para que foi eleito.

A cessação de funções antes do termo do mandato não origina pois, direta ou indiretamente, o pagamento ao administrador de quaisquer montantes além dos previstos na lei.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade (art. 245.º-A, n.º 1, al. I)).

Não existem também acordos entre a Sociedade e os titulares dos órgãos sociais ou dirigentes que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES ('STOCK OPTIONS')

85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários.

Não existem na sociedade planos de atribuição de ações nem planos de atribuição de opções de aquisição de ações.

86. Caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e/ou o exercício de opções).

Não aplicável.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ('stock options') de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa.

Não aplicável.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (art. 245.º-A, n.º 1, al. e)).

Não existe também na Semapa qualquer mecanismo de participação dos trabalhadores no seu capital.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS. CONFLITOS DE INTERESSES

I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO

89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas (para o efeito remete-se para o conceito resultante da IAS 24) e Conflito de Interesses.

Vigora na sociedade um Regulamento sobre Conflito de Interesses e Transações com Partes Relacionadas através do qual foram definidas as regras relativas a conflitos de interesses e transações com partes relacionadas, em que seja parte a sociedade, em complemento dos mecanismos internos que a sociedade tem em vigor para efeitos do cumprimento da norma internacional de contabilidade (IAS) 24 (Divulgações de Partes Relacionadas), e é aplicável sem prejuízo das obrigações da sociedade e dos seus Dirigentes em matéria de Informação Privilegiada, do regime legal de negócios da sociedade com administradores e regulamento interno relativo à Comunicação de Irregularidades e da demais legislação aplicável nesta matéria. Este regulamento foi alterado em 2020 em virtude das alterações decorrentes da Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto e, mais recentemente para acomodar exigências recomendatórias, por deliberação do Conselho de Administração de 3 de novembro de 2021, com parecer favorável e vinculativo do Conselho Fiscal, passando o mesmo a contemplar o regime legal e regulamentar aplicável em vigor sobre esta matéria.

O referido regulamento encontra-se disponível para consulta no sítio da internet da sociedade em:

https://www.semapa.pt/sites/default/files/participacoes/Regulamento_CITPR_rev.%20%2820211108%29.pdf.

Nos termos do Regulamento sobre Conflito de Interesses e Transações com Partes Relacionadas, as transações, entre a sociedade e partes relacionadas, qualificadas como tal pelas normas internacionais de contabilidade adotadas nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, designadamente, pela norma internacional de contabilidade (IAS) 24 (Divulgações de Partes Relacionadas), estão sujeitas aos seguintes procedimentos de aprovação:

São aprovadas pela Comissão Executiva as seguintes transações:

- a) Empréstimos realizados à sociedade por sociedades suas acionistas, de valor igual ou inferior a cem milhões de euros;
- b) Transações no âmbito do regime de tributação dos grupos de sociedades, de valor igual ou inferior a cem milhões de euros;



- c) Transações realizadas com sociedades controladas que consolidem contas com a sociedade, de valor, individual ou acumulado anual, igual ou inferior a dois por cento do volume de negócios da sociedade controlada, apurado de acordo com as últimas contas anuais aprovadas;
- d) Empréstimos a sociedades controladas que consolidem contas com a sociedade e, bem assim, subscrição de dívida das mesmas, (i) de prazo inferior a seis meses, (ii) valor, individual ou acumulado anual, inferior a um quinto do volume de negócios da respetiva sociedade controlada, apurado de acordo com as últimas contas anuais aprovadas, e que não exceda cem milhões de euros, e (iii) desde que a sociedade controlada assegure linhas de crédito para o reembolso da operação, e
- e) Quaisquer outras transações cujo valor, individual ou acumulado anual, seja igual ou inferior a um milhão de euros.

As transações que (i) não caibam no âmbito das alíneas anteriores, ou (ii) caibam nessas alíneas mas não sejam realizadas no âmbito da atividade corrente da sociedade, são aprovadas por deliberação do Conselho de Administração precedida de parecer favorável do Conselho Fiscal.

Nos termos do referido regulamento apenas são permitidas transações realizadas em condições de mercado e se existir justificado interesse próprio da sociedade.

No que respeita aos procedimentos de informação, verificação e formalização das transações com partes relacionadas, dispõe o regulamento que:

- a) O Conselho de Administração é informado semestralmente das deliberações relativas a transações em que não tenha participado;
- b) O Conselho Fiscal é informado das transações que a sociedade efetue para efeitos da verificação da conformidade da realização das transações com o regime descrito *supra* e com a legislação e regulamentação aplicável, sendo que as partes relacionadas não poderão participar na verificação em causa;
- c) Compete ainda aos Dirigentes da sociedade que intervêm na formalização de transações com partes relacionadas assegurar que as transações são previamente submetidas às deliberações exigidas pelo regulamento e na legislação e regulamentação aplicável, e
- d) A formalização e execução das deliberações de transações com partes relacionadas deve ser objeto de especial acompanhamento por parte da Comissão Executiva.

A sociedade divulgará as transações que devam ser divulgadas nos termos da legislação e regulamentação aplicável, designadamente por não terem preenchido algum dos requisitos legalmente previstos e em função do valor em causa, nos termos e prazo previstos na legislação e regulamentação aplicável.

O regulamento não será aplicável às transações tratadas como isentas pela legislação e regulamentação aplicável.

No que respeita aos procedimentos aplicáveis em matéria de conflitos de interesses, o referido regulamento prevê que existe uma situação de conflito sempre que algum Dirigente se encontre numa posição que, vista de forma objetiva, é suscetível de comprometer a sua independência e de causar no seu juízo influência de interesses distintos dos interesses da sociedade, sejam esses interesses patrimoniais ou não, próprios ou alheios, e que, para efeitos da sua adequada prevenção, identificação e resolução, o Dirigente deve:

- a) Comunicar a existência de um conflito de interesses, ainda que potencial, ao seu superior hierárquico ou, tratando-se de membro de órgão colegial, ao órgão em causa, nos termos dos respetivos regulamentos de funcionamento, e
- b) Abster-se de interferir ou participar caso esteja em causa uma situação de conflito de interesses e, caso se trate de um processo de decisão, fazer constar esse impedimento de ata ou de outro documento escrito que documente a decisão, sem prejuízo do dever de prestar as informações e os esclarecimentos que o órgão em causa e os respetivos membros lhe solicitarem.

Acresce ainda que todos os regulamentos de funcionamento dos órgãos sociais e comissões internas consagram disposições sobre conflitos de interesses de harmonia com as regras acima descritas.



90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

Em 2021 tiveram lugar as transações com partes relacionadas que estão identificadas na informação sobre os negócios com partes relacionadas constante da Nota 10.4 do Anexo às contas consolidadas e da Nota 10.2 do Anexo às contas separadas e que foram analisadas e aprovadas nos termos do Regulamento sobre Conflito de Interesses e Transações com Partes Relacionadas.

Em 2021, em cumprimento do Regulamento sobre Conflito de Interesses e Transações com Partes Relacionadas, o Conselho de Administração informou o Conselho Fiscal sobre todas as transações realizadas para efeitos da verificação da conformidade da realização dessas transações com o regime previsto na cláusula quarta do mencionado Regulamento e com a legislação e regulamentação aplicável, tendo o Conselho Fiscal efetuado essa verificação.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Estes procedimentos e critérios encontram-se descritos nos anteriores pontos 89. e 90.

II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, ou, alternativamente, reprodução dessa informação.

A informação sobre os negócios com partes relacionadas consta da Nota 10.4 do Anexo às contas consolidadas e da Nota 10.2 do Anexo às contas separadas.



PARTE II

AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO

A Semapa adotou o Código de Governo das Sociedades do IPCG, revisto em 2020, cumprindo igualmente o Regulamento da CMVM n.º 4/2013.

O Código adotado é divulgado pelo IPCG e pode ser acedido através do respetivo site.



2. ANÁLISE DE CUMPRIMENTO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO

No quadro abaixo faz-se a declaração das recomendações adotadas e não adotadas. Em relação às recomendações adotadas indica-se apenas o local deste relatório onde a matéria se encontra desenvolvida. Em relação às recomendações não adotadas, indica-se depois do quadro a respetiva justificação de não acolhimento e eventual mecanismo alternativo adotado.

#	Adoção	Texto	Remissão
I. PARTE GERAL			
Princípio geral: O governo societário deve promover e potenciar o desempenho das sociedades, bem como do mercado de capitais, e sedimentar a confiança dos investidores, dos trabalhadores e do público em geral na qualidade e transparência da administração e da fiscalização e no desenvolvimento sustentado das sociedades.			
I.1 Relação da sociedade com investidores e informação			
Princípio: As sociedades e, em particular, os seus administradores devem tratar de forma equitativa os acionistas e restantes investidores, assegurando designadamente mecanismos e procedimentos para o adequado tratamento e divulgação da informação.			
I.1.1	Adotada	A sociedade deve instituir mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a atempada divulgação de informação aos seus órgãos sociais, aos acionistas, aos investidores e demais <i>stakeholders</i> , aos analistas financeiros e ao mercado em geral.	Parte I n.º 21 Parte I n.º 55 a n.º 65
I.2 Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da sociedade			
Princípio: I.2.A – As sociedades asseguram a diversidade na composição dos respetivos órgãos de governo e a adoção de critérios de mérito individual nos respetivos processos de designação, os quais são da exclusiva competência dos acionistas. I.2.B – As sociedades devem ser dotadas de estruturas decisórias claras e transparentes e assegurar a máxima eficácia do funcionamento dos seus órgãos e comissões. I.2.C – As sociedades asseguram que o funcionamento dos seus órgãos e comissões é devidamente registado, designadamente em atas, que permitam conhecer não só o sentido das decisões tomadas, mas também os seus fundamentos e as opiniões expressas pelos seus membros.			
I.2.1	Adotada	As sociedades devem estabelecer critérios e requisitos relativos ao perfil de novos membros dos órgãos societários adequados à função a desempenhar, sendo que, além de atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), esses perfis devem considerar requisitos de diversidade, dando particular atenção ao do género, que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição.	Parte I n.º 16



#	Adoção	Texto	Remissão
I.2.2	Adotada	Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas devem dispor de regulamentos internos — nomeadamente sobre o exercício das respetivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros — divulgados na íntegra no sítio da Internet da sociedade, devendo ser elaboradas atas das respetivas reuniões.	Parte I n.º 21, 22, 27, 29, 34 e 61
I.2.3	Adotada	A composição e o número de reuniões anuais dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados através do sítio Internet da sociedade.	Parte I n.º 23, 29 e 35
I.2.4	Adotada	Deve ser adotada uma política de comunicação de irregularidades (<i>whistleblowing</i>) que garanta os meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas com salvaguarda da confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmitente, sempre que esta seja solicitada.	Parte I n.º 49

I.3 Relação entre órgãos da sociedade

Princípio:

Os membros dos órgãos sociais, mormente os administradores, deverão criar as condições para que, na medida das responsabilidades de cada órgão, seja assegurada a tomada de medidas ponderadas e eficientes e, de igual modo, para que os vários órgãos da sociedade atuem de forma harmoniosa, articulada e com a informação adequada ao exercício das respetivas.

I.3.1	Adotada	Os estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela sociedade devem estabelecer mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação e colaboradores da sociedade para a avaliação do desempenho, da situação e das perspetivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.	Parte I n.º 21
I.3.2	Adotada	Cada órgão e comissão da sociedade deve assegurar, atempada e adequadamente, o fluxo de informação, desde logo das respetivas convocatórias e atas, necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões.	Parte I n.º 21 e 29

I.4 Conflitos de interesses

Princípio:

Deve ser prevenida a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a sociedade. Deve garantir-se que o membro em conflito não interfere no processo de decisão.

I.4.1	Adotada	Por regulamento interno ou via equivalente, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização e das comissões internas ficam vinculados a informar o respetivo órgão ou comissão sempre que existam factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social.	Parte I n.º 89
I.4.2	Adotada	Deverão ser adotados procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respetivos membros lhe solicitarem.	Parte I n.º 89

I.5 Transações com partes relacionadas

Princípio:

Pelos potenciais riscos que comportam, as transações com partes relacionadas devem ser justificadas pelo interesse da sociedade e realizadas em condições de mercado, sujeitando-se a princípios de transparência e a adequada fiscalização.

I.5.1	Adotada	O órgão de administração deve divulgar, no relatório de governo ou por outra via publicamente disponível, o procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas.	Parte I n.º 38 e 89 a 91
I.5.2	Não aplicável	O órgão de administração deve comunicar ao órgão de fiscalização os resultados do procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas, incluindo as transações objeto de análise, com periodicidade pelo menos semestral.	Recomendação não aplicável face à publicação da Nota n.º 3 sobre Interpretação do Código de Governo das Sociedades IPCG 2018 (revisto em 2020)



#	Adoção	Texto	Remissão
II. ACIONISTAS E ASSEMBLEIA GERAL			
Princípios:			
II.A – o adequado envolvimento dos acionistas no governo societário constitui um fator positivo de governo societário, enquanto instrumento para o funcionamento eficiente da sociedade e para a realização do fim social.			
II.B – a sociedade deve promover a participação pessoal dos acionistas nas reuniões da Assembleia Geral, enquanto espaço de comunicação dos acionistas com os órgãos e comissões societários e de reflexão sobre a sociedade.			
II.C – a sociedade deve implementar meios adequados para a participação e o voto à distância dos acionistas na assembleia.			
II.1	Adotada	A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto, devendo explicitar no relatório de governo a sua opção sempre que a mesma implique desvio ao princípio de que a cada ação corresponde um voto.	Parte I n.º 12 e 13
II.2	Adotada	A sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Parte I n.º 14
II.3	Adotada	A sociedade deve implementar meios adequados para a participação dos acionistas na Assembleia Geral à distância, em termos proporcionais à sua dimensão.	Parte I n.º 12
II.4	Adotada	A sociedade deve ainda implementar meios adequados para o exercício do direito de voto à distância, incluindo por correspondência e por via eletrónica.	Parte I n.º 12
II.5	Não aplicável	Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária — sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal — e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Parte I n.º 5 e 13
II.6	Adotada	Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.	Parte I n.º 4 e 84
III. ADMINISTRAÇÃO NÃO EXECUTIVA E FISCALIZAÇÃO			
Princípios:			
III.A – Os membros de órgãos sociais com funções de administração não executiva e de fiscalização devem exercer, de modo efetivo e criterioso, uma função fiscalizadora e de desafio à gestão executiva para a plena realização do fim social, devendo tal atuação ser complementada por comissões em áreas centrais do governo da sociedade.			
III.B – a composição do órgão de fiscalização e o conjunto dos administradores não executivos devem proporcionar à sociedade uma equilibrada e adequada diversidade de competências, conhecimentos e experiências profissionais.			
III.C – o órgão de fiscalização deve desenvolver uma fiscalização permanente da administração da sociedade, também numa perspetiva preventiva, acompanhando a atividade da sociedade e, em particular, as decisões de fundamental importância para a sociedade.			
III.1	Não adotada	Sem prejuízo das funções legais do presidente do Conselho de Administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador para, designadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do Conselho de Administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1.	Explicação das Recomendações não adotadas <i>infra</i>
III.2	Adotada	O número de membros não executivos do órgão de administração, bem como o número de membros do órgão de fiscalização e o número de membros da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas, devendo constar do relatório de governo a formulação deste juízo de adequação.	Parte I n.º 18 e 31
III.3	Adotada	Em todo o caso, o número de administradores não executivos deve ser superior ao de administradores executivos.	Parte I n.º 18



#	Adoção	Texto	Remissão
III.4	Não Adotada	<p>Cada sociedade deve incluir um número não inferior a um terço, mas sempre plural, de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência.</p> <p>Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:</p> <p>Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade;</p> <p>Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;</p> <p>Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;</p> <p>Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;</p> <p>Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;</p> <p>Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.</p>	Explicação das Recomendações não adotadas <i>infra</i>
III.5	Não aplicável	O disposto no parágrafo (i) da recomendação III.4 não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem entretanto decorrido pelo menos três anos (cooling-off period).	Parte I n.º 18
III.6	Adotada	Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização avalia e pronuncia-se sobre as linhas estratégicas e a política de risco, previamente à sua aprovação final pelo órgão de administração.	Parte I n.º 38 e 54
III.7	Adotada	As sociedades devem dispor de comissões especializadas em matéria de governo societário, nomeações e avaliação de desempenho, separada ou cumulativamente. No caso de ter sido criada a comissão de remunerações prevista pelo artigo 399º do Código das Sociedades Comerciais, e de tal não ser proibido por lei, esta recomendação pode ser cumprida mediante a atribuição a esta comissão de competência nas referidas matérias.	Parte I n.º 16, 21, 27 e 29
IV. ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA			
Princípios:			
IV.A – Como forma de aumentar a eficiência e a qualidade do desempenho do órgão de administração e o adequado fluxo de informação para este órgão, a gestão corrente da sociedade deve pertencer a administradores executivos com as qualificações, competências e a experiência adequadas à função. À administração executiva compete gerir a sociedade, prosseguindo os objetivos da sociedade e visando contribuir para o seu desenvolvimento sustentável.			
IV.B – Na determinação do número de administradores executivos, devem ser ponderados, além dos custos e da desejável agilidade de funcionamento da administração executiva, a dimensão da empresa, a complexidade da sua atividade e a sua dispersão geográfica.			
IV.1	Adotada	O órgão de administração deve aprovar, através de regulamento interno ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos administradores executivos aplicável ao exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo.	Parte I n.º 26 e 27
IV.2	Adotada	O órgão de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos e não deve delegar poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.	Parte I n.º 21
IV.3	Adotada	No relatório anual, o órgão de administração explicita em que termos a estratégia e as principais políticas definidas procuram assegurar o êxito a longo prazo da sociedade e quais os principais contributos daí resultantes para a comunidade em geral.	Parte I n.º 21



#	Adoção	Texto	Remissão
V. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÕES E NOMEAÇÕES			
V.1 Avaliação Anual de Desempenho			
Princípio: A sociedade deve promover a avaliação do desempenho do órgão executivo e dos seus membros individualmente e ainda do desempenho global do órgão de administração e das comissões especializadas constituídas no seu seio.			
V.1.1	Adotada	O órgão de administração deve avaliar anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho das suas comissões e dos administradores executivos, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.	Parte I n.º 24 e 25
V.2 Remunerações			
Princípio: V.2.A. – a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização deve permitir à sociedade atrair, a um custo economicamente justificável pela sua situação, profissionais qualificados, induzir o alinhamento de interesses com os dos acionistas – tomando em consideração a riqueza efetivamente criada pela sociedade, a situação económica e a do mercado – e constituir um fator de desenvolvimento de uma cultura de profissionalização, de sustentabilidade, de promoção do mérito e de transparência na sociedade. V.2.B. – Os administradores devem receber uma remuneração: i) que retribua adequadamente a responsabilidade assumida, a disponibilidade e a competência colocadas ao serviço da sociedade; ii) que garanta uma atuação alinhada com os interesses de longo prazo dos acionistas e promova a atuação sustentável da sociedade; e iii) que premeie o desempenho.			
V.2.1	Adotada	A sociedade deve constituir uma comissão de remunerações, cuja composição assegure a sua independência em face da administração, podendo tratar-se da comissão de remunerações designada nos termos do artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais.	Parte I n.º 66 e 67
V.2.2	Adotada	A fixação das remunerações deve competir à comissão de remunerações ou à assembleia geral, sob proposta daquela comissão.	Parte I n.º 29 e 66 e Anexo II
V.2.3	Não adotada	Para cada mandato, a comissão de remunerações ou a assembleia geral, sob proposta daquela comissão, deve igualmente aprovar o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respetiva cessação de funções, procedendo-se à divulgação da referida situação e montantes no relatório de governo ou no relatório de remunerações.	Explicação das recomendações não adotadas <i>infra</i>
V.2.4	Adotada	A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou, no seu impedimento, outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas.	Parte I n.º 67
V.2.5	Adotada	Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações deve poder decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultadoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções.	Parte I n.º 67
V.2.6	Adotada	A comissão de remunerações deve assegurar que os serviços são prestados com independência e que os respetivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à própria sociedade ou a outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem autorização expressa da Comissão.	Parte I n.º 67
V.2.7	Adotada	Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes deve ter natureza variável que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos.	Parte I n.º 70 e 71
V.2.8	Não Adotada	Uma parte significativa da componente variável deve ser parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a, necessariamente, à confirmação da sustentabilidade do desempenho, nos termos definidos em regulamento interno da sociedade.	Explicação das recomendações não adotadas <i>infra</i>
V.2.9	Não aplicável	Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Parte I n.º 73 e 74
V.2.10	Adotada	A remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.	Parte I n.º 71



#	Adoção	Texto	Remissão
V.3 NOMEAÇÕES			
Princípio: Independentemente do modo de designação, o perfil, conhecimentos e currículo dos membros dos órgãos sociais e dos quadros dirigentes devem adequar-se à função a desempenhar.			
V.3.1	Adotada	A sociedade deve, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, promover que as propostas para eleição dos membros dos órgãos sociais sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo à função a desempenhar por cada candidato.	Parte I n.º 16
V.3.2	Não Adotada	A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações.	Explicação das recomendações não adotadas <i>infra</i>
V.3.3	Não Adotada	Esta comissão inclui uma maioria de membros não executivos independentes.	Explicação das recomendações não adotadas <i>infra</i>
V.3.4	Não aplicável	A comissão de nomeações deve disponibilizar os seus termos de referência e deve induzir, na medida das suas competências, processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género.	Parte I n.º 29
VI. CONTROLO INTERNO			
Princípio: Tendo por base a estratégia de médio e longo prazo, a sociedade deverá instituir um sistema de gestão e controlo de risco e de auditoria interna que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida.			
VI.1	Adotada	O órgão de administração deve debater e aprovar o plano estratégico e a política de risco da sociedade, que inclua a fixação de limites em matéria de assunção de riscos.	Parte I n.º 29 e 54
VI.2	Adotada	O órgão de fiscalização deve organizar-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração.	Partes n.º 21, 29, 53 e 54
VI.3	Adotada	O sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão de riscos, <i>compliance</i> e auditoria interna, deve ser estruturado em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, devendo o órgão de fiscalização avaliá-lo e, no âmbito da sua competência de fiscalização da eficácia deste sistema, propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Parte I n.º 38, 50 e 54
VI.4	Adotada	O órgão de fiscalização deve pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços do sistema de controlo interno, incluindo às funções de gestão de riscos, <i>compliance</i> e auditoria interna, podendo propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Parte I n.º 38 e 50
VI.5	Adotada	O órgão de fiscalização deve ser destinatário dos relatórios realizados pelos serviços de controlo interno, incluindo as funções de gestão de riscos, <i>compliance</i> e auditoria interna, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades.	Parte I n.º 50
VI.6	Adotada	Tendo por base a sua política de risco, a sociedade deve instituir uma função de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade, (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto, (iii) os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação e (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento.	Parte I n.º 53 e 54
VI.7	Adotada	A sociedade deve estabelecer procedimentos de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema de controlo interno, incluindo uma avaliação anual do grau de cumprimento interno e do desempenho desse sistema, bem como da perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.	Parte I n.º 54



#	Adoção	Texto	Remissão
VII. INFORMAÇÃO FINANCEIRA			
VII.1 Informação financeira			
Princípios:			
VII.A – o órgão de fiscalização deve, com independência e de forma diligente, assegurar-se de que o órgão de administração cumpre as suas responsabilidades na escolha de políticas e critérios contabilísticos apropriados e no estabelecimento de sistemas adequados para o reporte financeiro, para a gestão de riscos, para o controlo interno e para a auditoria interna.			
VII.B – o órgão de fiscalização deve promover uma adequada articulação entre os trabalhos da auditoria interna e da revisão legal de contas.			
VII.1.1	Adotada	O regulamento interno do órgão de fiscalização deve impor que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.	Parte I n.º 38
VII.2 Revisão legal de contas e fiscalização			
Princípio:			
Cabe ao órgão de fiscalização estabelecer e monitorizar procedimentos formais, claros e transparentes sobre a forma de seleção e relacionamento da sociedade com o revisor oficial de contas, e sobre a fiscalização do cumprimento por este das regras de independência que a lei e as normas profissionais lhe impõem.			
VII.2.1	Adotada	Através de regulamento interno, o órgão de fiscalização deve definir, nos termos do regime legal aplicável, os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas.	Parte I n.º 38
VII.2.2	Adotada	O órgão de fiscalização deve ser o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Parte I n.º 38
VII.2.3	Adotada	O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Parte I n.º 38

EXPLICAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES NÃO ADOTADAS:

RECOMENDAÇÃO III.1.

Estipula esta recomendação que "Sem prejuízo das funções legais do presidente do Conselho de Administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador para, designadamente: **(i)** atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do Conselho de Administração e com os demais administradores; **(ii)** zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e **(iii)** coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1."

Atendendo à dimensão e especificidades da sociedade, nomeadamente a sua natureza familiar e concentração da respetiva estrutura de capital, e ao número total de administradores não executivos e, de entre estes, de administradores independentes, e, bem assim, às características e atual posicionamento do Presidente do Conselho de Administração, considera a sociedade que a designação de um coordenador seria desajustada e almejaria apenas o mero cumprimento formal da presente recomendação, no qual a sociedade não se reveria.

Na realidade e como já vem referido no presente relatório, existem instituídas na sociedade várias regras e procedimentos que permitem uma articulação estreita e regular entre os vários membros do Conselho de Administração, designadamente entre o respetivo presidente e os demais administradores, e a existência das condições e meios necessários ao desempenho das suas funções.

Assim, esta recomendação não é formalmente adotada pela sociedade, sendo, no entanto, atingidos todos os objetivos dela decorrentes.

RECOMENDAÇÃO III.4.

Determina esta recomendação que "Cada sociedade deve incluir um número não inferior a um terço, mas sempre plural, de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência. (...)."

No decurso do exercício de 2021, conforme melhor descrito no ponto 18. do presente Relatório, o Conselho de Administração incluiu apenas um administrador não executivo que cumpria o requisito de independência. Por essa razão, o limiar recomendado de um terço não foi atingido e a presente recomendação III.4 não é cumprida.

Porém, a sociedade entende que a referida proporção de administradores independentes é adequada e consentânea com uma atuação plenamente independente do Conselho de Administração e suficiente para garantir a efetiva capacidade de supervisão, avaliação e fiscalização da atividade dos restantes membros do órgão de administração.

Na verdade, entende a sociedade que, considerando o perfil, a idade, o percurso e a experiência profissional e, principalmente, a demonstrada independência de juízo e integridade de carácter dos membros que compõem o Conselho de Administração, a atual proporção entre administradores não executivos não independentes e independentes, estabelecida pela aplicação dos critérios formais de aferição da independência, está perfeitamente ajustada à natureza e à dimensão da sociedade, nomeadamente atendendo à sua natureza familiar, à estabilidade da respetiva estrutura de capital e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade.

Donde se conclui que existe uma efetiva e concreta independência de atuação da administração atingindo-se materialmente os objetivos propostos pela recomendação em causa.

RECOMENDAÇÃO V.2.3.

Prevê esta recomendação que "Para cada mandato, a comissão de remunerações ou a assembleia geral, sob proposta daquela comissão, deve igualmente aprovar o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respetiva cessação de funções, procedendo-se à divulgação da referida situação e montantes no relatório de governo ou no relatório de remunerações."

Esta recomendação não é cumprida dado que a Comissão de Remunerações, apesar de ser matéria da sua competência, não definiu o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respetiva cessação de funções.

De facto, a Comissão de Remunerações nunca sentiu, até hoje, necessidade de criar uma autolimitação relativamente ao referido montante máximo independentemente da forma de cessação de funções que esteja em causa. A circunstância concreta a que se refere esta limitação não é de verificação comum e, quando acontece, é sempre tão grande a sensibilidade e especificidade que não pode deixar de se impor uma avaliação casuística, ainda que integrada no regime geral remuneratório e com ponderação histórica.

Para além disso, considera a Semapa que, face à regulação existente no regime português, a fixação prévia de um montante máximo pode inclusive funcionar de forma inversa à pretendida pelo escopo da presente recomendação, constituindo um incentivo à cessação prematura de funções de administração.

Refira-se no entanto que, no caso de destituição de administradores que não decorra de violação grave de deveres do administrador nem de inaptidão para o exercício normal das respetivas funções, a sociedade estará obrigada a pagar uma indemnização nos termos gerais de direito, sem que a mesma possa exceder o montante das remunerações que presumivelmente receberia até ao final do período para que foi eleito.

Quanto à renúncia ao exercício das respetivas funções de administração por parte do Eng.º João Castello Branco, com efeitos a 31 de dezembro de 2021, e descrita no presente relatório, não existiram pagamentos decorrentes da cessação dessas funções.



RECOMENDAÇÃO V.2.8.

Prevê esta recomendação que “Uma parte significativa da componente variável deve ser parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a necessariamente à confirmação da sustentabilidade do desempenho, nos termos definidos em regulamento interno da sociedade.”

A justificação para a não adoção desta recomendação vem explicada na Política de Remuneração em vigor, que corresponde ao Anexo II deste relatório, cuja parte relevante a seguir se transcreve:

“É já abundante a literatura que defende o diferimento do pagamento da parte variável da remuneração para um momento posterior, que permita de alguma forma estabelecer uma relação mais direta entre a remuneração e o impacto da gestão na sociedade num prazo mais alargado.

Aceitamos o princípio em abstrato como bom, mas o elemento histórico, associado à estabilidade e à prática que vem sendo já seguida com sucesso há muitos anos sem esse elemento de diferimento, leva a que essa opção não seja tomada por agora.”

A recomendação não é assim acolhida pela sociedade, sem prejuízo de assegurar a substância que a justifica em medida ainda maior do que resultaria do seu cumprimento.

Refira-se ainda que o resultado consolidado do exercício da Semapa tem vindo a ser sempre de forma reiterada e consistente muito positivo, evidenciando a sustentabilidade de desempenho que a Recomendação visa acautelar. Resulta pois deste histórico que o possível diferimento parcial, por um período não inferior a três anos, da componente variável da remuneração, não teria tido impacto no direito à componente variável pelos administradores da Semapa.

Importa, no entanto, esclarecer que a Semapa se encontra a analisar o modelo de diferimento do pagamento de parte da remuneração variável tendo em vista a sua eventual implementação.

RECOMENDAÇÃO V.3.2.

Prevê a Recomendação V.3.2 que “A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações.”

Há que olhar para a Semapa a título individual, como sociedade *holding* com uma estrutura administrativa simplificada e com um número reduzido de Direções e colaboradores e por isso reconhecer que a dimensão da sociedade não justifica que a função de acompanhamento e apoio a nomeações de cargos dirigentes seja atribuída a uma comissão.

Dada a dimensão da Semapa esta competência pertence à Comissão Executiva, sem prejuízo de a Comissão de Talento poder emitir recomendações relativamente aos dirigentes do grupo.



RECOMENDAÇÃO V.3.3.

Dispõe a Recomendação V.3.3 que "Esta comissão inclui uma maioria de membros não executivos independentes", referindo-se à comissão interna relativa às matérias de avaliação do desempenho.

A Comissão de Talento da Semapa é integralmente composta por administradores não executivos mas apenas um deles é independente. Na escolha dos membros dessa comissão privilegiou-se a diversidade de perfis (idade, género, qualificações, experiência e percurso profissionais), assegurando-se que todos possuem plena isenção de análise e de decisão e demonstrada integridade de carácter.

A sociedade considera que esta diversidade de perfis, aliada ao facto de a Comissão de Talento recorrer, sempre que necessário, a estudos de mercados e à análise de situações comparáveis dentro do grupo, é bastante para garantir que as suas análises estão alinhadas com as melhores práticas e fortalecem a tomada de decisão independente e isenta.



3. OUTRAS INFORMAÇÕES

Não existem outros elementos ou informações adicionais que sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.



ANEXO I

INFORMAÇÕES A QUE SE REFERE O ARTIGO 447.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

(por referência ao exercício de 2021)

1. Valores mobiliários da sociedade detidos pelos titulares dos órgãos sociais, na aceção dos n.ºs 1 e 2 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais:

Não existem.

2. Valores mobiliários de sociedades dominadas ou em relação de grupo com a Semapa detidos pelos titulares dos órgãos sociais na aceção dos n.ºs 1 e 2 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais:

Herança indivisa de Maria Rita de Carvalhosa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira na qual são interessadas as administradoras da sociedade Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira, Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira e Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira – 1.000 ações da The Navigator Company, S.A.

Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira - 139.800 ações da Sodim, SGPS, S.A.

Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira - 139.800 ações da Sodim, SGPS, S.A.

Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira - 139.800 ações da Sodim, SGPS, S.A.

Herança indivisa de Pedro Mendonça de Queiroz Pereira, na qual são interessadas as administradoras da sociedade Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira, Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira e Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira - 134.422 ações da Sodim, SGPS, S.A.

3. Valores mobiliários da sociedade e de sociedades em relação de domínio ou de grupo detidos por sociedades em que os membros dos órgãos de administração e fiscalização exercem cargos nos órgãos sociais:

Cimo – Gestão de Participações, SGPS, S.A. – 38.959.431 ações da sociedade, 1.000 ações da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. e 5.000 ações da ETSA – Investimentos, SGPS, S.A.

Sodim, SGPS, S.A. – 27.508.892 ações da sociedade.

4. Aquisição, alienação, oneração ou promessas relativas a valores mobiliários da sociedade ou de sociedades em relação de domínio ou de grupo pelos titulares dos órgãos sociais e pelas sociedades referidas em 3:

Em 2021, a Sodim, SGPS, S.A. adquiriu as seguintes ações da sociedade:

- No dia 10 de maio de 2021, 1.816 ações ao preço de 11,66 euros por ação;
- No dia 11 de maio de 2021, 2.953 ações ao preço de 11,66 euros por ação;



- No dia 20 de maio de 2021, 619.508 ações ao preço de 11,66 euros por ação;
- No dia 21 de maio de 2021, 118.231 ações ao preço de 11,66 euros por ação;
- No dia 24 de maio de 2021, 90.095 ações ao preço de 11,66 euros por ação;
- No dia 25 de maio de 2021, 57.379 ações sendo que 313 ações foram adquiridas ao preço de 11,52 euros por ação, 417 ações ao preço de 11,45 euros por ação, 4.501 ações ao preço de 11,56 euros por ação, 2.183 ações ao preço de 11,58 euros por ação, 9.512 ações ao preço de 11,60 euros por ação, 1.658 ações ao preço de 11,62 euros por ação, 3.509 ações ao preço de 11,64 euros por ação e 35.286 ações ao preço de 11,66 euros por ação;
- No dia 1 de junho de 2021, 2.151 ações ao preço de 11,66 euros por ação;
- No dia 2 de junho de 2021, 1 ação ao preço de 11,66 euros por ação;
- No dia 3 de junho de 2021, 725 ações ao preço de 11,66 euros por ação;
- No dia 4 de junho de 2021, 359.773 ações ao preço de 11,66 euros por ação;
- No dia 7 de junho de 2021, no âmbito da Oferta Pública Geral e Voluntária de Aquisição de Ações da sociedade lançada pela Sodim, SGPS, S.A., 6.402.799 ações ao preço de 11,66 euros por ação;
- No dia 8 de junho de 2021, 100 ações ao preço de 11,66 euros por ação;
- No dia 9 de junho de 2021, 49.936 ações ao preço de 11,66 euros por ação;
- No dia 11 de junho de 2021, 29.799 ações ao preço de 11,66 euros por ação;
- No dia 14 de junho de 2021, 29.758 ações ao preço de 11,66 euros por ação;
- No dia 15 de junho de 2021, 264.965 ações ao preço de 11,66 euros por ação.

Em 2021, Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira alienou as seguintes ações da sociedade:

- No dia 7 de junho de 2021, no âmbito da Oferta Pública Geral e Voluntária de Aquisição de Ações da sociedade lançada pela Sodim, SGPS, S.A., 5.488 ações, ao preço de 11,66 euros por ação.

Em 2021, Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira alienou as seguintes ações da sociedade:

- No dia 7 de junho de 2021, no âmbito da Oferta Pública Geral e Voluntária de Aquisição de Ações da sociedade lançada pela Sodim, SGPS, S.A., 5.888 ações ao preço de 11,66 euros por ação.

Em 2021, Lua Mendes de Almeida de Queiroz Pereira alienou as seguintes ações da sociedade:

- No dia 7 de junho de 2021, no âmbito da Oferta Pública Geral e Voluntária de Aquisição de Ações da sociedade lançada pela Sodim, SGPS, S.A., 5.888 ações, ao preço de 11,66 euros por ação.

5. Transações de ações próprias.

Em 2021, a Semapa não adquiriu nem vendeu quaisquer ações representativas do seu capital social.



ANEXO II

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

"POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SEMAPA (2021 A 2024)"

I. INTRODUÇÃO

A Comissão de Remunerações da Semapa tem vindo a elaborar uma declaração sobre política de remuneração desde 2007, inicialmente no âmbito de uma recomendação da CMVM, desde 2009 já com o enquadramento da Lei n.º 28/2009 de 19 de junho e mais recentemente em linha com as recomendações constantes do Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance de 2018.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto, e a consequente revogação da Lei n.º 28/2009 de 19 de junho, a Comissão de Remunerações da Semapa passa a estar obrigada a elaborar uma Política de Remuneração dos seus membros dos órgãos de administração e fiscalização em conformidade com o novo regime legal.

Refira-se que, com a revisão ocorrida em 2020 ao Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance, e tendo em vista a necessária harmonização com a Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto, o conteúdo da política de remuneração deixa de ter uma base recomendatória.

A presente Política de Remuneração é assim o reflexo dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Remunerações, com base na anterior declaração sobre a política de remuneração e tendo em conta o referido novo enquadramento.

Tendo em conta o percurso da Semapa, continuou-se a optar por uma conciliação entre, por um lado, aquilo que são as novas tendências em termos de opções de remuneração de gestão, e por outro, o peso da história, opções anteriores e as características próprias desta empresa.

A elaboração da política de remuneração é da exclusiva competência da Comissão de Remunerações, composta por três membros, todos eles independentes face à administração, devendo esta ser aprovada pela Assembleia Geral, pelo menos de 4 em 4 anos e sempre que ocorra uma alteração relevante da mesma.

Na sua atuação, designadamente na determinação, revisão e aplicação da Política a Comissão de Remunerações observa a legislação aplicável e as políticas e regulamentos em vigor na Semapa, nomeadamente, o regulamento sobre Conflitos de Interesses e Transações com Partes Relacionadas, que dispõe de regras de atuação tendo em vista a prevenção, identificação e resolução de conflitos de interesses entre a sociedade e os seus dirigentes.



II. REGIME LEGAL E ESTATUTÁRIO

A presente política tem como enquadramento a já referida Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto, que alterou o Código dos Valores Mobiliários (CVM).

Quanto àquele diploma legal, para além do que determina quanto à periodicidade da política e sua aprovação e quanto à divulgação do seu teor, determina, no número 2 do artigo 26.º-C do CVM, quanto ao seu conteúdo, que a Política tenha em consideração:

- a) Explicação de como contribui para a estratégia empresarial da sociedade, para os seus interesses de longo prazo e para a sua sustentabilidade;
- b) Explicitação da forma como as condições de emprego e de remuneração dos trabalhadores da sociedade foram tidas em conta quando essa política foi estabelecida;

- 
- c) Descrição das diferentes componentes da remuneração fixa e variável;
 - d) Explicação de todos os bónus e outros benefícios, independentemente da sua forma, que podem ser atribuídos aos membros dos órgãos de administração e fiscalização, e indicar a respetiva proporção;
 - e) Indicação da duração dos contratos ou dos acordos com os membros dos órgãos de administração e fiscalização, os períodos de pré-aviso aplicáveis, as cláusulas de cessação e os pagamentos associados à cessação dos mesmos; e
 - f) Indicação das principais características dos regimes de pensão complementar ou de reforma antecipada.

Adicionalmente, o número 3 do artigo 26.º-C do CVM estipula que, caso seja prevista a atribuição de remuneração variável a administradores, a política de remuneração deve identificar:

- a) Os critérios para a atribuição da remuneração variável, incluindo os critérios financeiros e não financeiros e, se for caso disso, os critérios relacionados com a responsabilidade social das empresas, de forma clara e abrangente, e explica a forma como esses critérios contribuem para a estratégia empresarial da sociedade, para os seus interesses de longo prazo e para a sua sustentabilidade;
- b) Os métodos a aplicar para determinar em que medida os critérios de desempenho foram cumpridos;
- c) Os períodos de diferimento e a possibilidade de a sociedade solicitar a restituição de remuneração variável já entregue.

Por outro lado, o número 4 do artigo 26.º-C do CVM estabelece que, caso seja prevista a atribuição de uma componente da remuneração com base em ações, a política de remuneração deve identificar:

- a) Os prazos de aquisição dos direitos;
- b) Se aplicável, o prazo para a conservação das ações após a aquisição dos direitos; e
- c) A forma como a remuneração com base em ações contribui para a estratégia empresarial da sociedade, para os seus interesses de longo prazo e para a sua sustentabilidade.

Para além da mencionada Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto, qualquer definição de remunerações não pode deixar de ter em conta quer o regime legal geral quer o regime particular acolhido pelos estatutos da sociedade, quando for caso disso.

O regime legal para o Conselho de Administração vem essencialmente estabelecido no artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais, e do mesmo resulta essencialmente o seguinte:

- A fixação das remunerações compete à assembleia geral de acionistas ou a uma comissão por aquela nomeada.
- Aquela fixação de remunerações deve ter em conta as funções desempenhadas e a situação económica da sociedade.
- A remuneração pode ser certa ou consistir parcialmente numa percentagem dos lucros do exercício, mas a percentagem máxima destinada aos administradores deve ser autorizada por cláusula do contrato de sociedade e não incide sobre distribuições de reservas nem sobre qualquer parte do lucro do exercício que não pudesse, por lei, ser distribuído aos acionistas.

Para o Conselho Fiscal e para os membros da Mesa da Assembleia Geral determina a lei que a remuneração deve consistir numa quantia fixa, e que é determinada nos mesmos moldes pela assembleia geral de acionistas ou uma comissão por aquela nomeada, devendo ter em conta as funções desempenhadas e a situação económica da sociedade.



Já no que respeita aos estatutos, no caso da Semapa existe uma cláusula específica apenas para o Conselho de Administração, a décima sétima, que rege simultaneamente o regime de reforma, e tem, na parte que aqui interessa, o seguinte conteúdo:

"2 - a remuneração dos administradores [...] é fixado por uma Comissão de Remunerações constituída por número ímpar de membros e eleita pela Assembleia Geral.

3 - a remuneração pode ser constituída por uma parte fixa e uma parte variável, que englobará uma participação nos lucros, não podendo esta participação nos lucros ser superior, para o conjunto dos administradores, a cinco por cento do resultado líquido do exercício anterior."

É este o enquadramento formal em que deve ser definida a política de remuneração.



III. PRINCÍPIOS GERAIS

Os princípios gerais a observar na fixação das remunerações dos órgãos sociais são essencialmente aqueles que de forma muito genérica resultam da lei: por um lado as funções desempenhadas e por outro a situação económica da sociedade. Se a estes acrescentarmos as condições gerais de mercado para situações equivalentes, encontramos aqueles que nos parecem ser os três grandes princípios gerais:

a) Funções desempenhadas.

As funções desempenhadas por cada titular de órgãos sociais abrangem quer as funções num sentido formal como também as funções num sentido mais amplo do nível de responsabilidade concreto da função exercida, considerando critérios tão diversos como, por exemplo, o compromisso e o tempo de dedicação, a natureza, a dimensão, a complexidade e as competências requeridas para a função ou o valor acrescentado para a empresa que resulta de um determinado tipo de intervenção ou de uma representação institucional.

Também a existência de funções desempenhadas noutras sociedades dominadas não pode ser alheia a esta ponderação, pelo que significa em termos de aumento de responsabilidade e em termos de fonte cumulativa de rendimento.

b) A situação económica da sociedade.

A dimensão da sociedade e a inevitável complexidade da gestão associada são claramente aspetos relevantes da situação económica entendida na sua forma mais lata. Estes aspetos têm implicações quer na necessidade de remunerar uma responsabilidade que é maior em sociedades maiores e com modelos de negócio complexos quer na capacidade de remunerar adequadamente a gestão.

c) Critérios de mercado.

O encontro entre a oferta e a procura é incontornável na definição de qualquer remuneração, e os titulares dos órgãos sociais não são exceção.

É fundamental ter capacidade para atrair, desenvolver e reter profissionais competentes, o que requer que a Política de Remuneração seja competitiva e atrativa de modo a assegurar os legítimos interesses individuais mas essencialmente os da Semapa e a criação de valor sustentável para os acionistas.

Pelas suas características e dimensão, os critérios e práticas de mercado a ter em conta são, no caso da Semapa, tanto as nacionais como as internacionais e, por forma a manter-se atualizada sobre estas práticas, a Semapa socorre-se regularmente de estudos de mercado e de *benchmarking*.

IV. ENQUADRAMENTO DOS PRINCÍPIOS NO REGIME LEGAL

Consignados os princípios gerais adotados importa agora fazer o enquadramento dos princípios nos regimes normativos aplicáveis.

1. Alínea a) do número 2 do artigo 26.º-C do CVM. Estratégia, interesses de longo prazo e sustentabilidade.

A prática tem revelado que o sistema remuneratório em vigor na Semapa é bem-sucedido no assegurar da sua estratégia empresarial e bem assim, a longo prazo, do alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses da sociedade e da sua sustentabilidade, em especial pelas razões a seguir enunciadas.

Em primeiro lugar, por ser uma remuneração que se procura justa e equitativa no âmbito dos princípios enunciados, e em segundo lugar por associar os membros do órgão de administração aos resultados através de uma componente variável da remuneração que tem nos resultados o fator preponderante mas também leva em conta competências comportamentais de cada administrador como sejam o seu alinhamento com os interesses de longo prazo da sociedade.

2. Alínea b) do número 2 do artigo 26.º-C do CVM. Condições de emprego e de remuneração dos trabalhadores.

O alinhamento entre a presente Política e o regime de remuneração e as condições de emprego dos trabalhadores da Semapa encontra-se assegurado dado que ambos os sistemas de remuneração têm por base os mesmos Princípios Gerais enunciados nesta Política de Remuneração, em especial as condições de mercado nos mercados de referência para as funções desempenhadas.

3. Alínea c) do número 2 do artigo 26.º-C do CVM. Componentes da remuneração fixa e variável.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é constituída por uma componente fixa, correspondente a um valor anual, pagável ao longo do ano, e, para os Administradores Executivos, incorpora também uma componente variável que pode corresponder a uma percentagem não superior a cinco por cento do resultado líquido do exercício anterior de acordo com os estatutos da sociedade.

Já a remuneração dos membros do Conselho Fiscal corresponde a um valor fixo anual, pagável ao longo do ano.

Por último, a remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral consiste apenas numa quantia fixa determinada em função das reuniões efetivamente ocorridas.

Note-se que os valores concretos das remunerações são fixados em execução dos princípios acima definidos no capítulo III desta Política.

4. Alínea d) do número 2 do artigo 26.º-C do CVM. Bónus e outros benefícios.

Para além da componente variável que possa vir a ser atribuída aos membros dos órgãos de administração, não são atribuídos aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização outros benefícios não pecuniários, sem prejuízo dos meios colocados à disposição dos mesmos para o exercício das suas funções e de um seguro de saúde e acidentes pessoais em linha com as práticas de mercado.

5. Alínea e) do número 2 do artigo 26.º-C do CVM. Acordos relativos à cessação de funções de administradores.

Não existem nem nunca foram fixados por esta Comissão quaisquer acordos quanto a pagamentos pela Semapa relativos à destituição ou cessação de funções de administradores. Esta circunstância resultou naturalmente dos vários casos concretos existentes na sociedade e não de uma posição de princípio desta Comissão contra a existência de acordos desta natureza. Aplica-se, assim, somente o regime legal supletivo estabelecido no Código das Sociedades Comerciais, que regula o pagamento aos administradores de quaisquer montantes em caso de cessação de funções antes do termo do mandato.

6. Alínea f) do número 2 do artigo 26.º-C do CVM. Regimes de pensão complementar ou de reforma antecipada.

Não existem atualmente na Semapa regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores.



7. Alínea a) do número 3 do artigo 26.º-C do CVM. Critérios para a componente variável.

A fixação, da competência desta Comissão, da componente variável da remuneração tem por base um valor *target* aplicável a cada administrador e que é devido em condições de desempenho do próprio e da sociedade que correspondam às expectativas e aos objetivos previamente fixados. Este valor *target* é definido ponderando os princípios acima referidos – mercado, funções concretas, situação da sociedade –, com destaque para situações comparáveis de mercado em funções de relevância equivalente. Um outro fator relevante na definição dos *targets* é a opção pela inexistência na Semapa de planos de ações ou opções de aquisição de ações.

As ponderações do desempenho efetivo face às expectativas e objetivos, que determinam a variação em relação ao *target*, têm por base um conjunto de KPIs, quantitativos e qualitativos, relacionados com o desempenho da sociedade (indicadores gerais de negócio) e do administrador em causa (objetivos específicos e indicadores comportamentais). Dentro dos indicadores gerais de negócio relevam especialmente o EBITDA, os resultados líquidos, o *cash flow* e o *Total Shareholder Return vs Pares*, e nas competências comportamentais releva o alinhamento de cada administrador com os interesses de longo prazo da sociedade.

Para além do limite estatutário à participação da administração nos lucros do exercício, existem também na sociedade mecanismos de limitação da remuneração variável.

Por um lado, a componente variável é eliminada no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração considerada relevante do desempenho da empresa no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso. E, por outro, o montante da componente variável atribuível tem um *cap* definido por forma a prevenir que o bom desempenho num momento, com vantagens remuneratórias imediatas para a administração, seja feito em sacrifício de um bom desempenho futuro.

Face ao exposto, resulta claro que os critérios para a atribuição da remuneração contribuem para a concretização da estratégia definida pela Semapa, bem como para os interesses de longo prazo e para a sustentabilidade da sociedade.

8. Alínea b) do número 3 do artigo 26.º-C do CVM. Cumprimento dos critérios de desempenho.

Os critérios de desempenho referidos no ponto anterior são aplicados de forma matemática na sua parte quantitativa, e através de apreciações valorativas no tocante à parte qualitativa.

Dentro do processo de determinação da remuneração variável, a Comissão de Remunerações elabora a presente Política, sendo que a avaliação de desempenho de cada administrador executivo segue um processo interno estruturado sob a responsabilidade/liderança do respetivo responsável (i.e. sob a responsabilidade da pessoa que preside à equipa, no caso dos vogais da Comissão Executiva, e sob a responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração, no caso do Presidente da Comissão Executiva) e no qual participam também os administradores não executivos que o responsável entenda pertinente envolver.

Neste processo está ainda envolvida a Comissão de Talento, a quem compete acompanhar o sistema de avaliação de desempenho da administração e de atribuição de remuneração da sociedade e pronunciar-se sobre as propostas de avaliação individual de desempenho da administração executiva.

Por fim, compete à Comissão de Remunerações confirmar, no tocante à avaliação de desempenho, os respetivos fatores de realização e garantir a coerência geral do processo, fixando a remuneração variável.

9. Alínea c) do número 3 do artigo 26.º-C do CVM. Diferimento e restituição de remuneração.

É já abundante a literatura que defende o diferimento do pagamento da parte variável da remuneração para um momento posterior, que permita de alguma forma estabelecer uma relação mais direta entre a remuneração e o impacto da gestão na sociedade num prazo mais alargado.

Aceitamos o princípio em abstrato como bom, mas o elemento histórico, associado à estabilidade e à prática que vem sendo já seguida com sucesso há muitos anos sem esse elemento de diferimento, leva a que essa opção não seja tomada por agora.

Quanto à obrigação de restituição de remuneração variável já entregue, e sem prejuízo do regime legal aplicável, não está instituído qualquer mecanismo que permita à sociedade solicitar a mesma aos respetivos membros da administração.

10. Número 4 do artigo 26.º-C do CVM. Planos de ações.

Na Semapa, a remuneração não tem qualquer componente em ações.

V. OPÇÕES CONCRETAS

As opções concretas de política de remuneração propostas podem pois ser sumariadas da seguinte forma:

1º Na fixação de todas as remunerações serão observados os princípios gerais acima consignados: funções desempenhadas, situação económica da sociedade e critérios de mercado.

2º Administradores Executivos

- A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração será composta por uma componente fixa e por uma componente variável;
- A componente fixa da remuneração consistirá num valor anual, pagável ao longo do ano;
- A componente variável da remuneração está associada quer ao desempenho da Semapa quer ao desempenho individual de cada administrador;
- O processo de atribuição de remunerações variáveis aos membros executivos do Conselho de Administração, que é acompanhado pela Comissão de Talento, deverá seguir os critérios definidos pela Comissão de Remunerações, não devendo exceder o valor global de cinco por cento do resultado líquido consolidado em formato IFRS previsto nos estatutos da sociedade.

3º Administradores Não Executivos

- A remuneração dos membros não executivos do Conselho de Administração será composta apenas por uma componente fixa, que poderá ser diferenciada em virtude da acumulação de funções e de responsabilidades acrescidas, por exemplo membros de comissões ou comités especializados;
- A componente fixa da remuneração consistirá num valor anual, pagável ao longo do ano, ou num valor predeterminado por cada participação em reunião do Conselho de Administração.

4º Conselho Fiscal

- A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será composta apenas por uma componente fixa, que consistirá num valor fixo anual, pagável ao longo do ano.

5º Mesa da Assembleia Geral

- A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral será composta apenas por uma componente fixa, que consistirá num valor predeterminado por cada reunião, sendo inferior o valor para as segunda e seguintes reuniões que tenham lugar durante o mesmo ano.

Lisboa, 6 de abril de 2021

A Comissão de Remunerações

José Gonçalo Ferreira Maury
João Rodrigo Appleton Moreira Rato
João do Passo Vicente Ribeiro"



ANEXO III

DECLARAÇÃO A QUE SE REFERE A ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 245.º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

Dispõe a alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários que cada uma das pessoas responsáveis dos emitentes deve fazer um conjunto de declarações aí previstas. No caso da Semapa, foi adotada uma declaração uniforme, com o seguinte teor:

"Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A., todos relativos ao exercício de 2021, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam."

Considerando que os membros do Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas subscrevem uma declaração equivalente no âmbito dos documentos que são da sua responsabilidade, a declaração independente com aquele texto foi subscrita apenas pelos titulares do órgão de administração, pois só se considerou que estão compreendidos no conceito de "responsáveis do emitente" os titulares dos órgãos sociais. Nos termos da referida disposição legal, faz-se a indicação nominativa das pessoas subscritoras e das suas funções:

Nome	Funções
José António do Prado Fay	Presidente do Conselho de Administração
Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires	Vogal do Conselho de Administração
Vítor Paulo Paranhos Pereira	Vogal do Conselho de Administração
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	Vogal do Conselho de Administração
Carlos Eduardo Coelho Alves	Vogal do Conselho de Administração
Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	Vogal do Conselho de Administração
Francisco José Melo e Castro Guedes	Vogal do Conselho de Administração
Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	Vogal do Conselho de Administração
Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	Vogal do Conselho de Administração
Vítor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves	Vogal do Conselho de Administração



SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A.
SOCIEDADE ABERTA

Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 14, 10.º, 1050-121 Lisboa
Tel (351) 213 184 700 | Fax (351) 213 521 748

WWW.SEMAPA.PT

Número de Matrícula e Pessoa Coletiva: 502 593 130 | Capital Social: 81.270.000 euros
ISIN: PTSEM0AM0004 | LEI: 549300HNGOW85KIOH584 | Ticker: Bloomberg (SEM PL); Reuters (SEM.LS)

CONCEÇÃO E DESIGN
GetBrand